

# PEDES

PLANO ESTRATÉGICO DE  
**DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E SOCIAL**

**MISSÃO 9: SEGURANÇA PÚBLICA  
TERRITORIAL**

RELATÓRIO DA CÂMARA TÉCNICA

Secretaria de  
Planejamento  
e Gestão



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**





PLANO ESTRATÉGICO DE  
**DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E SOCIAL**

**MISSÃO 9: SEGURANÇA PÚBLICA  
TERRITORIAL**

RELATÓRIO DA CÂMARA TÉCNICA

**Governador**

Cláudio Bomfim de Castro e Silva

**Vice-Governador**

Thiago Pampolha Gonçalves

**Secretário de Estado de Planejamento e Gestão**

Adilson de Faria Maciel

**Subsecretário de Planejamento Estratégico**

João Roberto Cardoso

**Equipe da Subsecretaria de Planejamento Estratégico**

Alberto Motta França

Aline Christina Meira Campelo Caruso

Amilsem de Aguiar Muzer Junior

Bianca Ottoni Lourenço Ferreira

Carolina Amorim da Cruz Souza

Desirée Rosalino Marques

Eduardo Duprat Ferreira de Mello

Erick Buonocore Nunes Penedo

Ísis Mathias de Lima

José Luiz Rodrigues de Oliveira

José Marcello Elevato Fili

Juliana Alves da Silva

Katiana dos Santos Teléfora

Leandro da Silva Torquato

Leandro Galheigo Damaceno

Luciana Ferreira de Almeida

Luciana Pereira Leis

Marcos Thimoteo Dominguez

Marcos Vinícius Ferreira de Godoy

Maria Clara Telles

Nielson Cesar de Oliveira

Pedro Alexandre Padilha Migão

Vanessa de Amorim Pereira Cortes

**Estagiários**

Ana Clara Mantovani França

Luiz Felipe Santos Ribeiro

Mario de Castro Amaral Kemper

Pedro Vitor Medeiros de Menezes Costa

## Missão 9: Segurança Pública Territorial

### Coordenação Geral

João Roberto Cardoso  
Leandro Galheigo Damaceno

### Equipe

Vanessa de Amorim Pereira Cortes (coordenação)  
Eduardo Duprat Ferreira de Mello (co-coordenação)  
Leandro Galheigo Damaceno  
Ana Clara Mantavani França (estagiária)

### Apoio Técnico

Bianca Ottoni Lourenço Ferreira  
Luciana Ferreira de Almeida  
Maria Clara Telles

### Apoio Administrativo e Logístico

Aline Christina Meira Campelo Caruso  
Carolina Amorim da Cruz Souza  
Juliana Alves da Silva  
Luiz Felipe Santos Ribeiro (estagiário)

### Elaboração do Documento

Vanessa de Amorim Pereira Cortes

### Revisão Técnica

João Roberto Cardoso  
Leandro Galheigo Damaceno  
Luciana Ferreira de Almeida  
Marcos Thimoteo Dominguez

# SUMÁRIO

<b>1. Introdução .....</b>	<b>9</b>
<b>2. Metodologia .....</b>	<b>11</b>
2.1. Insumos utilizados.....	12
2.2. Reuniões preparatórias para as Câmaras Técnicas .....	14
2.3. Câmaras Técnicas .....	16
<b>3. Ponto de partida .....</b>	<b>19</b>
3.1. Elementos do PEDES .....	19
a. Macrotendência Global .....	20
b. Fator Portador de Futuro .....	22
c. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS .....	24
3.2 Emenda legislativa – Alerj .....	25
<b>4. Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro.....</b>	<b>26</b>
4.1. O Sistema Único de Segurança Pública .....	26
4.2. Dados e informações disponíveis sobre o território .....	29
4.3. Pontos críticos .....	31
<b>5. Segurança Pública Territorial .....</b>	<b>32</b>
Diretiva 1: Ampliar as políticas públicas para emancipação do território e fortalecimento da cidadania .....	34
Diretiva 2: Reduzir a incidência de confrontos armados e dos danos relacionados ....	41
Diretiva 3: Garantir o ambiente seguro para o funcionamento das atividades econômicas .....	47
Diretiva 4: Produzir dados e informações estratégicas para a segurança pública territorial .....	51
<b>6. Planilhas de indicadores .....</b>	<b>55</b>
6.1. Indicadores da Missão .....	55
6.2. Indicadores dos objetivos específicos – diretiva 1 .....	56

6.3. Indicadores dos objetivos específicos – diretiva 2 .....	57
6.4. Indicadores dos objetivos específicos – diretiva 3 .....	58
6.5. Indicadores dos objetivos específicos – diretiva 4 .....	59
<b>7. Próximos passos .....</b>	<b>60</b>
<b>Referências .....</b>	<b>62</b>
<b>Apêndice .....</b>	<b>64</b>
Ficha de validação dos pontos críticos .....	64
Diretiva 1: Perguntas norteadoras e quadro final .....	65
Diretiva 2: Perguntas norteadoras e quadro final .....	68
Diretiva 3: Perguntas norteadoras e quadro final .....	71
Diretiva 4: Perguntas norteadoras e quadro final .....	73
<b>Lista de presença .....</b>	<b>75</b>



# 1. INTRODUÇÃO

O presente documento apresenta os resultados e o processo de elaboração da Missão 9 Segurança Pública Territorial, que foi realizado ao longo do primeiro semestre de 2024, e teve como objetivos a definição de diretrivas, objetivos específicos e métricas que constituem a Missão em tela.

Este conjunto de elementos se integrará às outras missões, já definidas no PEDES, no desafio de alcançar o **desenvolvimento econômico regional de longo prazo, inovativo, social e ambientalmente sustentável**, no estado do Rio de Janeiro.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro - PEDES, enquanto instrumento de planejamento governamental, estratégico e de longo prazo, foi instituído, na Constituição Estadual, para orientar os outros instrumentos de planejamento orçamentário, que são o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA.

O PEDES tem elementos constitutivos que requerem uma retomada na apresentação e contextualização desta nova Missão Segurança Pública Territorial frente a estes: a inter-relação entre as dimensões social, ambiental e econômica; e o planejamento de base territorial.

O desenvolvimento socioeconômico sustentável requer, idealmente, considerar as dimensões ambiental e social integrada à dimensão econômica. De forma que as demandas socioambientais contribuam na conformação do modelo de desenvolvimento econômico que se busca para o estado do Rio de Janeiro, em vez de se ter essas dimensões apartadas – quando não excludentes entre si – resultando em formulações de políticas públicas sociais e/ou ambientais em uma perspectiva subsidiária ou compensatória.

Os territórios do Estado do Rio de Janeiro são formados por contínuos processos socioeconômicos, ambientais e demográficos e devem ser considerados como a base socioespacial de análise. Essa noção permite contemplar tanto as diferentes regionalizações dos setores da Administração Pública, a exemplo das regiões de governo, como as múltiplas regionalidades constituídas pela sociedade. Ao elaborar a presente discussão sobre Segurança Pública Territorial buscou-se entender o território não meramente como retratando uma unidade de planejamento ou espaço passivo de ação do Estado, mas, antes, buscando evidenciar que há dinâmicas e aspectos no território que precisam ser destacados na concepção da ação e das políticas públicas.

O território delimita uma unidade formada por sistemas sociais e por sistemas naturais, na qual diferentes atores e grupos sociais, com suas interdependências e coalizões de forças sociais, pensam e atuam naquele espaço<sup>1</sup>.

A Missão Segurança Pública Territorial traz para o primeiro plano a discussão sobre a vida e as dimensões que impactam na qualidade de vida das pessoas no território, e os efeitos que, sobretudo, a influência de grupos armados e a ocorrência de confrontos armados têm trazido para a população residente, comerciantes e trabalhadores nestes territórios.

É importante destacar que, neste contexto, servidores públicos também estão diretamente afetados no seu trabalho nos territórios. São policiais expostos a confrontos e vitimados, e há também toda uma gama de profissionais que atuam em unidades de saúde, assistência social e educação que exercem suas atividades em um contexto de instabilidade e insegurança, tendo que lidar com os efeitos em todas as suas dimensões.

Nas Câmaras Técnicas de elaboração da missão Segurança Pública Territorial, foram desenhadas diretrizes e objetivos específicos para enfrentar os problemas mapeados na área de segurança pública, bem como a definição de métricas para medir o alcance dos objetivos. Neste aspecto, foi sinalizado o caráter estratégico de utilizar, além de registro de ocorrência criminal, dados de outras fontes para compreender o fenômeno da violência e criminalidade sobre as vidas e rotinas nos territórios fluminenses.

Assim, à qualidade das estatísticas criminais do Estado do Rio de Janeiro se somarão outros indicadores para o melhor dimensionamento do fenômeno. Este caminho exigirá um esforço de modulação de dados administrativos em estatísticas a serviço da segurança pública, que será articulado, em um segundo momento, pela equipe da Subsecretaria de Planejamento Estratégico da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SUBPLE/SEPLAG junto aos órgãos e setoriais do governo do estado do Rio de Janeiro. Deste trabalho resultará um maior e melhor conhecimento sistematizado sobre o território.

---

<sup>1</sup> Sobre essa discussão ver FAVARETO; A., & LOTTA, G. (2022).

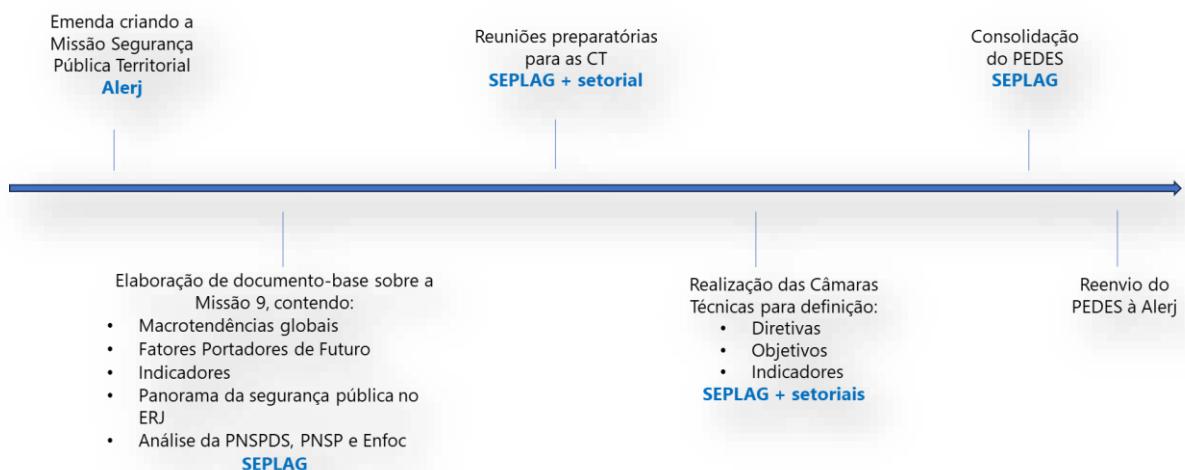
## 2. METODOLOGIA

A proposta da metodologia, para a elaboração da Missão em tela, teve dois elementos centrais. O primeiro, resgatar o método e os elementos centrais de elaboração das outras oito missões do PEDES, valorizando os aspectos exitosos do processo – como a realização de reuniões intersetoriais para que os representantes pudessem problematizar e discutir, entre si, elementos constitutivos das missões – e, também, buscando adequações necessárias diante das particularidades dos representantes institucionais e do tema que estavam sendo mobilizados. O segundo, foi utilizar as justificativas e proposições realizadas pelos parlamentares fluminenses como ponto de partida para a elaboração do conteúdo da Missão.

Dianete disso, buscou-se um processo de trabalho calcado em três objetivos: organização de conteúdo; identificação e sensibilização de atores institucionais-chave; construção coletiva de objetivos e métricas da Missão.

Configurou-se, assim, um processo que se inicia com a proposição da Missão pela Alerj e sua sanção pelo governador, sendo finalizado com o envio das novas missões para a Alerj, no segundo semestre de 2024.

### SÍNTESE DO PROCESSO DE CRIAÇÃO



## 2.1. Insumos utilizados

A equipe da SUBPLE preparou dois tipos de material: um, analítico e, outro, metodológico. Sendo que os dois convergiam para a finalidade de construção intersetorial dos objetivos e métricas da missão Segurança Pública Territorial.

Assim, seguindo a metodologia utilizada na construção das primeiras oito missões do PEDES, foi elaborado um texto para servir de insumo para a discussão, nos dias, das Câmaras Técnicas - CT, com os representantes institucionais, contendo dados, indicadores, problematizações, análises, conceitos e referenciais teóricos sobre o tema em debate.

A especificidade envolvendo o texto da missão Segurança Pública Territorial foi: (i) pelo envio prévio, por e-mail, do texto aos representantes institucionais indicados para participarem da Câmara Técnica, o que possibilitou a leitura e conhecimento do material antes da realização da CT; (ii) pela sua elaboração ter partido das percepções da audiência pública realizada no dia 23/10/2023 na Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle, quando foi apresentado o PEDES, e, também da justificativa contida na emenda legislativa à Lei estadual nº 10.266/2023, que propôs a criação da missão; e (iii) pela construção de proposta de pontos críticos (problemas) a serem discutidos no âmbito das Câmaras Técnicas.

Na audiência, todos os deputados que fizeram uso da palavra abordaram questões referentes a insegurança, violência e criminalidade. Reconheceram que o PEDES abordava a questão da segurança pública, porém, foi enfatizada a necessidade de conferir maior destaque à temática por meio da constituição de uma missão específica.

A justificativa da emenda legislativa foi redigida pelo deputado estadual Luiz Paulo Correa, e trouxe elementos que estavam presentes nas falas e propostas de emendas, ou seja, representava uma síntese das preocupações e ponderações dos deputados estaduais. Diante disso, os principais elementos do texto foram sistematizados em problema central, impactos e arranjos institucionais necessários, constituindo o ponto de partida para a organização de informações e dados espacializados sobre dinâmicas criminais e de violência no território fluminense, bem como a existência de institucionalidades existentes para lidar com os problemas apontados.

A partir desta sistematização foi elaborado o **Texto para Discussão da Missão 9: Segurança Pública Territorial**, que é um documento trazendo conceitos, normativas

federais e estaduais, dados e informações organizados nos seguintes tópicos:

- *Introdução*
- *PEDES*
  - *Macrotendências Globais*
  - *Fator Portador de Futuro - FPF*
  - *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS*
- *A Agenda da Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro*
  - *Delimitando a Abordagem*
- *Sistema Único de Segurança Pública - SUSP e Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS*
  - *Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSP*
  - *Plano Estadual de Segurança Pública – PESP*
  - *Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas - Enfoc*
  - *Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados - SIM*
  - *Programa Operação Segurança Presente*
- *Estado da Arte*
  - *Indicadores Estratégicos de Criminalidade do Estado do Rio de Janeiro - IEC*
    - *IEC Letalidade Violenta*
    - *IEC Roubo de Rua*
    - *IEC Roubo de Veículos*
    - *IEC Roubo de Cargas*
    - *Pontos de Atenção*
  - *Domínio Armado no Território*
- *Pontos para o Debate*
- *Referências*

O Texto para Discussão tem o objetivo de contextualizar o debate sobre segurança pública territorial e, a partir da proposta de quatro tópicos críticos, possibilitar a discussão, nas Câmaras Técnicas, visando modelar as diretrivas e objetivos específicos da Missão e suas métricas.

Em complementação a isso, foi produzido, pela equipe da SUBPLE, o material metodológico que consistiu nos instrumentos para a realização da dinâmica da CT. Assim foram produzidos:

1. Ficha de validação dos pontos críticos: contendo os quatro pontos críticos, impactos sociais relacionados e explicação sobre abrangência;
2. Quatro fichas da diretiva: uma para cada ponto crítico, contendo campo para a construção da diretiva, objetivos específicos e “o que medir”;
3. Perguntas norteadoras: perguntas que foram elaboradas para conduzir o debate e produção de diretrizes e objetivos específicos;
4. Relatório da Câmara Técnica: contendo o processo e o resultado da Câmara Técnica.

## 2.2. Reuniões preparatórias para as Câmaras Técnicas

Para a construção da missão Segurança Pública Territorial, foram convidados os órgãos setoriais de segurança pública, que, para além da Secretaria de Estado de Segurança Pública e do Instituto de Segurança Pública, foram considerados os órgãos setoriais com ações previstas no Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - PESP<sup>2</sup>, que são: Secretaria de Estado da Polícia Civil, Secretaria de Estado da Polícia Militar, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e Secretaria de Estado de Defesa Civil.

Também foi convidada para as Câmaras Técnicas, a Secretaria de Estado de Governo, pela sua coordenação do Programa Segurança Presente, um dos principais programas da área de segurança pública do governo, que, em 2024, completou 10 anos.

Definidos os órgãos que participariam, a equipe da SUBPLE entrou em contato com servidores de cada órgão para agendar uma reunião de apresentação da proposta das Câmaras Técnicas; em paralelo, foi enviado ofício formalizando o pedido de indicação de um representante institucional.

O objetivo de tal procedimento foi (i) apresentar os elementos estruturantes do PEDES; (ii) explicar a necessidade da construção da missão Segurança Pública Territorial; (iii) informar, em linhas gerais, a metodologia que seria adotada nas CT; e (iv) sensibilizar para a escolha de um representante do órgão que tivesse o perfil convergente à

---

<sup>2</sup> Decreto nº48.139/2022. Na época da publicação, não existia uma secretaria de segurança pública.

proposta da Câmara Técnica, que agregasse conhecimento sobre a estrutura e atuação do órgão, visão estratégica e conhecimento de planejamento.

Assim, foram realizadas as seguintes reuniões:

Órgão	Setor	Ponto focal	Data
SEPOL	Coordenadoria de Planejamento	Dra. Jéssica Oliveira de Almeida e equipe	04/03/2024
SESP	Subsecretaria	Nathalia Cordeiro e equipe	25/03/2024
SEGOV	Superintendência do Segurança Presente	Tenente Coronel Arthur Barbosa, Major Constâncio e equipe	05/04/2024
ISP	Coordenadoria de projetos	Emmanuel Rapizo	12/04/2024
SEAP	Superintendência de Recursos Humanos	Christiane Barreiro Teixeira de Souza	01/04/2024
SEPM	4º Comando de Policiamento de Área	Coronel Sylvio Guerra	12/04/2024
SEGOV	Superintendência do Segurança Presente	Subsecretária Jeanine Domenech, Coronel Caetano e Major Constâncio e equipe	10/05/2024
SEPM	Coordenadoria de Assuntos Estratégicos	Tenente-Coronel Milão	13/05/2024
ITERJ	Presidência e Coordenadoria de Planejamento	Robson Claudino, Maria Carolina Amendolara, Waldemir D Avilla Peixoto, Madlene Provençano	04/06/2024

Embora o ITERJ não tenha participado das Câmaras Técnicas, houve a necessidade de realizar uma reunião com a equipe deste órgão para discutir a melhor modulação de objetivos específicos que surgiram durante a 1ª CT e que tinham estreita relação com a atuação do órgão.

Na SEPM foram realizadas duas reuniões, uma com o 4º Comandante de Policiamento de Área, que, ao conhecer a proposta do PEDES, sugeriu a Coordenadoria de Assuntos Estratégicos - CAES como representante institucional da SEPM nas atividades das CT. Após essa alteração, a equipe realizou uma reunião com o integrante da CAES.

Na Secretaria de Estado de Governo, por conta da mudança do coordenador do Programa Segurança Presente, foi realizada uma nova reunião entre os integrantes da SUBPLE e da SEGOV, tendo a participação da Subsecretaria.

Houve tentativa de agendamento de reunião com a SEDEC, mas não houve retorno.

## 2.3. Câmaras Técnicas

As Câmaras Técnicas da Missão Segurança Pública Territorial ocorreram em três dias. Sendo que a equipe da SUPLE enviou, por e-mail no dia 10/05/2024, o Texto para Discussão – “Missão Segurança Pública Territorial” para todos os indicados institucionais, para que estes pudessem conhecer previamente os pontos críticos, a partir dos quais se buscaria construir as diretrivas e objetivos específicos da Missão.

Assim, nos dias 15/05, 20/05 e 10/06/2024, foram realizadas as CT, agregando os representantes institucionais dos órgãos de segurança pública e os integrantes da SUBPLE envolvidos diretamente com a construção da Missão.

Tendo como programação:

<b>CT</b>	<b>Atividades</b>
1 <sup>a</sup>	Abertura da CT (Boas-vindas)
	Apresentação da metodologia (dinâmica) da CT
	Apresentação da síntese do Texto para Discussão
	Roda de apresentação dos participantes
	Debate e validação dos Pontos Críticos
	Elaboração conjunta das Fichas de Diretrivas e Objetivos Específicos a partir de cada Ponto Crítico (Problema) validado
2 <sup>a</sup>	Sequência da elaboração conjunta das Fichas de Diretrivas e Objetivos Específicos a partir de cada Ponto Crítico (Problema) validado
3 <sup>a</sup>	Apresentação e validação da consolidação das diretrivas, objetivos e métricas
	Encerramento

Após as apresentações da metodologia, dos pontos centrais do Texto para Discussão e dos participantes, foi projetada na tela a ficha de validação dos pontos críticos, com a pergunta:

É possível considerar como sendo estratégico para os próximos oito anos o enfrentamento dos quatro pontos críticos descritos a seguir para o fortalecimento de uma segurança pública territorial?

SEGURANÇA PÚBLICA TERRITORIAL			
Domínio territorial armado	Confronto armado	Desestímulo à continuidade ou atração de atividades econômicas	Baixo uso de dados e informações sobre o fenômeno e seus impactos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conflito habitacional;</li> <li>• Imposição de aquisição de serviços;</li> <li>• Medo e ausência de liberdade de expressão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mortes e feridos;</li> <li>• Circulação e uso ilegal de armas / tráfico de armado;</li> <li>• Interrupção de serviços de saúde, transporte, assistência social...;</li> <li>• Impacto na escolaridade de crianças e adolescentes: perda de aulas e da qualidade de ensino;</li> <li>• Traumas e adoecimento físico e mental de crianças e adolescentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Insegurança em portos;</li> <li>• Insegurança em vias (roubo de carga);</li> <li>• Insegurança em parques industriais;</li> <li>• Custo de proteção;</li> <li>• Insegurança no comércio de rua.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de clareza se houve mudança de padrão da criminalidade urbana (furto, desaparecidos, crimes virtuais...);</li> <li>• Falta de informação atualizada sobre o sentimento de insegurança da população;</li> <li>• Baixo uso de dados administrativos e fontes alternativas para a compreensão das dinâmicas no território.</li> </ul>
<p><i>Considera a existência de áreas do ERJ, principalmente na Região Metropolitana, sob domínio ou influência de grupos armados com dinâmicas criminais específicas, subjugando a população da área.</i></p>	<p><i>Considera a significativa frequência de ocorrência de confrontos armados, principalmente em comunidades e favelas, que além de colocar vidas em risco, afeta o desenvolvimento socioeconômico das pessoas e da localidade.</i></p>	<p><i>Considera o impacto da instabilidade e imprevisibilidade de dinâmicas sociais para o desenvolvimento econômico.</i></p>	<p><i>Considera a produção, uso e fluxo de informação e dados sobre dinâmicas sociais e criminais e fenômenos sociais para o melhor diagnóstico e tomada de decisão.</i></p>

Após as ponderações e concordância de todos os participantes, foram iniciadas a construção das diretrivas seguindo, também, a metodologia de perguntas norteadoras que tinham os seguintes objetivos:

- ✓ Qualificando a questão (ponto crítico)
- ✓ Construindo as diretrivas
- ✓ Construindo objetivos específicos
- ✓ Identificando métricas
- ✓ Identificando a existência de indicadores

No primeiro encontro, foi possível discutir a 1ª diretiva, indicando a redação da diretiva e os objetivos específicos, não avançando em relação as métricas e indicadores. Sendo combinado com os participantes, que a equipe da SUBPLE iria fazer a revisão da ficha construída, indicando proposta de melhorias de redação e possibilidades de métricas para os objetivos específicos. O produto da revisão da SUBPLE foi enviado aos participantes antes do 2º encontro da Câmara Técnica.

No 2º encontro, foram discutidas a 2ª, 3ª e 4ª diretivas e, assim como no primeiro dia, não foi possível avançar para as métricas. Durante o debate, apareceram ações que estavam direcionadas a um órgão técnico não policial, o que fez com que a equipe da SUBPLE, após a CT, realizasse uma reunião com o órgão para consultar sobre a pertinência da ação e validá-la.

Assim, da mesma forma, a equipe da SUBPLE trabalhou na ficha produzida durante a CT e a enviou aos participantes antes da 3ª CT.

No 3º encontro buscou-se aperfeiçoar, corrigir e validar os conteúdos das fichas das diretivas:



- Redação do ponto crítico
- Redação da diretiva
- Objetivos específicos
- Métricas dos objetivos específicos

No foi possível avançar na avaliação sobre a existência dos indicadores.

### 3. PONTO DE PARTIDA

Embora seja uma Missão incluída a partir de emenda da Alerj, os problemas listados pelos deputados estaduais, que justificaram a criação da missão Segurança Pública Territorial, estão relacionados a duas macrotendências globais que embasaram a constituição original do PEDES, que são o Agravamento da exclusão e das desigualdades sociais e Urbanização. Ou seja, a inclusão desta Missão não conflita com o trabalho anteriormente desenvolvido; porém, há necessidade de discussão e pactuação sobre diretrivas, objetivos e métricas com as secretarias diretamente implicadas na Missão.

Com isso, a inclusão da Missão Segurança Pública Territorial no PEDES ocorreu a partir de um processo de construção intersetorial das diretrivas, objetivos e métricas que tem, no texto de justificativa da emenda parlamentar, o ponto de partida para o mapeamento do panorama do Rio de Janeiro na perspectiva da segurança pública. Espera-se, com isso, identificar possibilidades de atuações estratégicas coordenadas e, por assim dizer, interfederativas, capazes de promover um estado do Rio de Janeiro seguro para todas as pessoas, sejam elas moradoras das áreas centrais ou periféricas; que a segurança pública seja um direito social assegurado a população fluminense independente da sua cor ou raça, orientação sexual ou identidade de gênero, faixa etária e renda.

#### 3.1. Elementos do PEDES

A escolha metodológica para a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social – PEDES foi, primeiramente, compreender o ambiente externo que afeta a sociedade brasileira. Por isso, foram mapeadas frentes de transição que refletem mudanças que já estamos vivenciando ou iremos vivenciar, globalmente. Este fenômeno foi nomeado como **Macrotendências Globais**. Destas, foram identificados **Fatores Portadores de Futuro - FPF**, que é uma transformação de paradigma ou reconfiguração social que, diante da Macrotendência, pode impactar positivamente ou não a realidade fluminense.

Outro elemento importante sobre o PEDES a ser destacado é a possibilidade de se estabelecer equivalências entre as 10 missões do Plano e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, da Agenda 2030, elaborada pela Organização das Nações Unidas. Os ODS identificam e direcionam ações de nações e governos

comprometidos com a sustentabilidade e a melhoria da qualidade da vida no planeta.

## Macrotendência Global

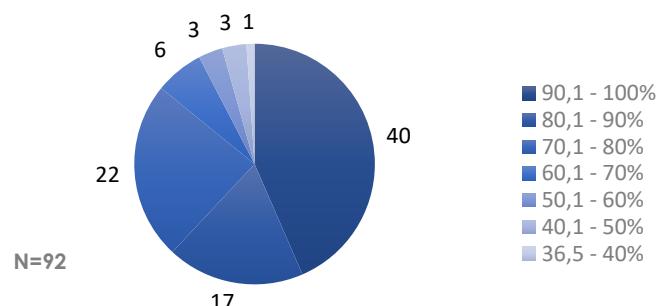
A macrotendência **Urbanização** se coloca para diferentes países e populações do mundo, mas, em cada localidade, há especificidades que precisam ser examinadas e consideradas.

No Brasil, este processo começa há quase um século e transformou e continua transformando, profundamente, a sociedade e o espaço. Segundo Edésio Fernandes (2021):

A urbanização brasileira chegou ao seu pico no final dos anos 1970 e desde então as taxas são decrescentes, ainda que significativas, com a urbanização acontecendo em novas bases em relação ao período anterior: maior metropolização, maior crescimento de cidades de porte médio e de cidades pequenas, esvaziamento de áreas centrais, crescimento de áreas periurbanas, periferização da pobreza e aumento do crescimento informal e da precariedade habitacional, etc. (FERNANDES, 2021, p. 13)

No Estado do Rio de Janeiro, o processo de urbanização transformou a sociedade e o território fluminense, trazendo novos contornos para o estado. Em 12 municípios, 100% da sua população reside na área urbana, 57 municípios têm taxas de urbanização acima de 80%, e, em apenas quatro municípios, a maioria dos seus habitantes mora na área rural (gráfico 1). Com uma taxa de urbanização estimada em 96,7%, em 2019 (IBGE), o Rio de Janeiro é o estado brasileiro mais urbanizado do país, o que traz novas configurações e dinâmicas sociais.

MUNICÍPIOS POR TAXA DE URBANIZAÇÃO – ERJ (2019) – VALOR ABSOLUTO



Fonte: IBGE 2019

Neste sentido, é importante explicitar as implicações deste processo:

Tradicionalmente, urbanização é compreendida como o deslocamento da população das áreas rurais para as áreas urbanas, elevando o que se chama de grau de urbanização, ou seja, a proporção da população urbana sobre a população total do município. Superando tal compreensão, nesta análise, urbanização corresponde a um processo que promove a reorganização das bases econômica, social e política dos países, transformando os padrões de renda, consumo e produção, o exercício do poder e a própria percepção da identidade cultural e nacional a partir da perspectiva urbana (Bourne, Sinclair e Dziewonski, 1984). (MOURA, OLIVEIRA e PÊGO, 2018, p. 8)

É sobre essa reorganização do espaço social e econômico, que traz outras formas e relações entre indivíduos; construção de subjetividades; pertencimento e identidades; relações de poder e; formas de inclusão e exclusão, que se constitui o desafio de pensar a urbanização.

A macrotendência **Agravamento da exclusão e das desigualdades sociais** é um processo que se destaca enquanto fator de preocupação a partir da análise e pesquisa de uma série de movimentos mundiais em perspectiva no século XXI, converge com o acelerado movimento de globalização, que foi acompanhado, segundo analistas, por um grande progresso no padrão de vida de pessoas em todo o mundo, como relatado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD):

O Índice de Desenvolvimento Humano evidencia um progresso impressionante, em média, refletindo melhorias drásticas em situações como a esperança de vida à nascença, impulsionadas, em larga medida, por decréscimos acentuados das taxas de mortalidade infantil. (PNUD, 2019)

No entanto, se torna mais evidente a situação paradoxal da manutenção e, em diversos países do globo, o aprofundamento do afastamento social e econômico entre os indivíduos do Sistema Internacional: "muitas pessoas foram deixadas para trás e as desigualdades permanecem generalizadas em relação a todas as capacidades" (PNUD, 2019).

A noção de globalidade remete a conjunto, integralidade, totalidade. A palavra 'global' carrega consigo esse mesmo sentido de conjunto, inteiro, total. Sugere, portanto, integração. Desse modo, ou por esse meio, o uso do termo 'global' supõe ou leva a supor que o objeto ao qual ele é aplicado é, ou tende a ser integral, integrado, isto é, não apresenta quebras, fraturas ou hiatos. Globalizar,

portanto, sugere o oposto de dividir, marginalizar, expulsar, excluir. O simples emprego de 'globalizar' referindo-se a uma realidade que divide, marginaliza, expulsa e exclui, não por acidente ou casualidade, mas como regularidade ou norma, passa por cima desta regularidade ou norma, dificultando a sua percepção e mesmo omitindo-a. Consciente e deliberadamente, ou não, a utilização da palavra nestas condições tem exatamente tal eficácia. (LIMOEIRO-CARDOSO, 1999, p. 106).

Definida a classificação deste processo enquanto macrotendência, entende-se que o agravamento da exclusão e das desigualdades sociais, que se percebe em escala global, afeta o reconhecimento por direitos e por pertencimento de grupos vulneráveis em territórios nacionais. No Brasil, as históricas e agudas desigualdades sociais (re)produzem déficits de cidadania, compreendida aqui como a precariedade e disparidade do acesso entre indivíduos aos direitos civis, políticos e sociais.

Ao considerar aspectos da violência urbana e influência de grupos armados no território do Estado do Rio de Janeiro, observa-se que pessoas com direitos de cidadania precarizados tendem a sofrer de forma mais perversa e direta os efeitos da falta de segurança pública no território, em um círculo vicioso que se retroalimenta.

## Fator Portador de Futuro

Pode-se identificar dentro dessas duas **Macrotendências Globais**, pelo menos, quatro **Fatores Portadores de Futuro** capazes de impulsionar mudanças sociais relevantes para a consolidação de uma segurança pública territorial que permita uma sociedade segura e inclusiva: **Efetivação dos direitos sociais, Cultura de tolerância e integração social, Governança interinstitucional cooperativa e Dinamismo urbano de novas centralidades**.

Esses quatro FPF têm, entre si, uma forte interação e interdependência, e apresentam especificidades diante da missão em tela, cujas explicitações são relevantes para a compreensão das mudanças sociais que se pretende com o PEDES.

O FPF Efetivação dos direitos sociais (SEPLAG, 2022, p.101-2) está diretamente relacionado à participação dos indivíduos na riqueza coletiva da sociedade:

Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de

bem-estar para todos. A ideia central em que se baseiam é a justiça social. (CARVALHO, 2005, p.10)

No Brasil, os direitos sociais são explicitados no artigo 6º da Constituição Brasileira de 1988, sendo a segurança um deles, e acrescenta outros que estão diretamente relacionados a proteção a pessoas em situação de vulnerabilidade como: a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, dentre outros.

O FPF Cultura de tolerância e integração social (SEPLAG, 2022, p. 102) sinaliza para uma mudança cultural fundamental na sociedade, mesmo que tardia. O Brasil é um país que se constituiu a partir de relações interpessoais violentas, principalmente contra as mulheres, a população negra e população LGBTI+. A violência de gênero e racial são as marcas do machismo e racismo estrutural que modelaram e moldam a nossa sociedade até hoje, exigindo ações que explicitem e reparem essas fissuras sociais. As diferenças individuais que se traduzem em desigualdades sociais são incompatíveis com o ideal de vida em coletividade em uma sociedade democrática e civilizada.

A cultura de tolerância ressalta o reconhecimento e o respeito à diversidade. Nesta abordagem, destaca-se também o especial cuidado com as crianças desde a primeira infância, por meio da adoção de uma educação não violenta, visando a constituição de uma rede segura de apoio às mulheres mães e ao crescimento de indivíduos sadios, tolerantes e respeitosos.

O FPF Dinamismo urbano de novas centralidades (SEPLAG, 2022, p. 103-4) aponta para o aproveitamento das oportunidades decorrentes da tendência do ERJ na constituição de novas centralidades, para além da Região Metropolitana (SEPLAG, 2022). Neste sentido, destaca-se as possibilidades para as juventudes - há várias formas do jovem experimentar e viver a juventude. Assim, é importante pensá-la no plural.

Esta etapa é compreendida entre os anos finais da adolescência e o início da vida adulta, caracterizada pela entrada no mercado de trabalho, composição de família e pela participação nas decisões que impactam a coletividade. As características da vivência durante este período, tanto no nível do indivíduo quanto no de grupo, impacta a qualidade da vida social e produtiva da cidade (CORTES et al., 2020).

O FPF Governança interinstitucional cooperativa (SEPLAG, 2022, p. 102) sinaliza para um aspecto estratégico e fundamental no enfrentamento de problemas complexos, como são as questões relacionadas à segurança pública e produção de ordem pública nas sociedades democráticas.

Ao longo das últimas duas décadas, foi se constituindo um consenso, no campo da segurança pública, em torno da estruturação de um Sistema Único de Segurança Pública (Lei nº13.675/2018), que concebe a segurança pública como atribuição e responsabilidade compartilhada entre os três níveis de governo, tendo competências coordenadas e que se completam, e a necessidade de se buscar, para o enfrentamento da violência e criminalidade, diálogos intersetoriais e interfederativos (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007).

É importante ressaltar que a área da segurança pública acumula experiências exitosas de governança, como os consórcios e os Gabinetes de Gestão Integrada Municipal - GGIM, que são modelos de governança capilarizados capazes de articular setores e atores públicos e da sociedade, em diferentes escalas, produzindo conhecimento e fortalecendo a atuação do poder público para atender, de forma qualificada, demandas complexas da vida em sociedade democrática.

Em síntese, ao impulsionar estas mudanças sociais, conforme esquema abaixo, será possível contribuir para a consolidação de uma segurança pública territorial:



## Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O escopo da missão Segurança Pública Territorial está diretamente associado a três Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas:

ODS 10 - Redução das desigualdades;

ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;

ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficientes.

## 3.2. Emenda legislativa - Alerj

A missão Segurança Pública Territorial é decorrente de emenda da Alerj que, em sua justificativa, destaca os seguintes pontos:

- A Missão comprehende desafios complexos e multifacetados;
- As diretrizes e ações de enfrentamento exigem uma abordagem coordenada e sustentável;
- A importância de garantir estabilidade e previsibilidade social para o desenvolvimento econômico; assim, segurança pública é um relevante fator de competitividade econômica;
- O impacto dos conflitos armados na escolarização de crianças e jovens, principalmente as que já se encontram em vulnerabilidade social;
- O efeito negativo da sensação de insegurança e do medo nas relações interpessoais e na qualidade de vida das pessoas;
- A grave crise de segurança devido ao crime organizado, compreendido como milícias, narcotraficantes e suas ações como lavagem de dinheiro, que mobilizam fluxos financeiros e armas ilegais.

Assim, a justificativa indica a percepção da Alerj de uma aguda crise na segurança pública e no espaço urbano, entendendo o termo “crise”, empregado aqui, como quando “uma ordem de coisas que conhecemos ou cremos conhecer se desfaz, sem que os traços da ordem que lhe seguem sejam ainda legíveis” (TAPALOV, 1991, p.28).

Neste cenário incerto, o crime organizado aparece como causa e consequência da insegurança subjetiva e objetiva vivenciada pela população fluminense. E sob a classificação criminal de “crime organizado” se agrupam diferentes práticas, intensões e estratégias de atuação de indivíduos que se associam para cometer crimes. Dentre eles os que atuam a partir do domínio armado do território, caracterizando uma forma específica de relações de poder, de vigilância e controle dos espaços e das pessoas, de gestão dos territórios e das populações e os modos de regulação de mercados (MIRANDA e MUNIZ, 2021; MUNIZ e DIAS, 2022).

## 4. SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO<sup>3</sup>

Há urgência na demanda por segurança pública: sentimentos, ocorrências, sociabilidades, interações, discursos e percepções de violências, crimes e desordem pública, todos estes são formas que expressam e produzem o que se pode chamar segurança pública.

Porém, sem inviabilizar as ações emergenciais, a abordagem da segurança pública, sob uma perspectiva de planejamento de médio e longo prazo, visa possibilitar que os tomadores de decisão possam, ao mesmo tempo, delimitar as ocorrências e as raízes dos problemas, eleger prioridades e definir diretrizes que produzam mudanças sociais definitivas e sustentáveis a longo prazo, bem como reafirmar os compromissos e garantias constitucionais com a população fluminense.

De forma que é necessário compreender a estrutura organizacional existente, bem como os dados e informações disponíveis sobre o território e que possibilitam a compreensão do fenômeno social.

### 4.1. O Sistema Único de Segurança Pública

Em 2018, o governo federal, por meio da Lei nº 13.675/2018, criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social – PNSPDS e instituiu o Sistema Único de Segurança Pública – Susp, criando, com isso, uma política nacional e um sistema inter federativo para sua operacionalização e governança.

A instituição de um sistema único, constituído por órgãos com atribuições diferentes e dos três níveis do governo em diálogo com a sociedade civil (por meio, principalmente, dos conselhos de segurança pública e defesa social), sinaliza a essencialidade da integração dos órgãos de segurança pública, que se diferenciam em atribuições, competências e escala territorial de atuação, e se igualam em princípios,

---

<sup>3</sup> Este tópico visa trazer uma síntese dos pontos abordados no Texto para Discussão da Missão 9: Segurança Pública Territorial, disponível no site [www.estrategia.planejamento.rj.gov.br](http://www.estrategia.planejamento.rj.gov.br)

diretrizes e objetivos comuns, tendo a Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp como órgão responsável por coordenar e articular as políticas de segurança pública e defesa social no Brasil, mas sem se sobrepor as unidades federativas.

A PNSPDS incentiva a elaboração e implementação - pela União, estados, Distrito Federal e municípios – de planos de segurança pública e defesa social que viabilizem a articulação das ações do poder público. Neste mesmo sentido, o governo federal elaborou o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social – PNSP (decreto nº 9.630/2018), que foi atualizado em 2021, com orientações sobre a elaboração de planos, por estados e municípios, cujos critérios devem ser observados (ex. diagnóstico, monitoramento e avaliação) para viabilização de financiamento de suas ações pelos fundos nacionais.

Em 2023, no movimento de efetivação do PNSP, o Ministério da Justiça instituiu o Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas – Enfoc “com objetivo de promover medidas necessárias para o enfrentamento das organizações criminosas de maneira eficaz e coordenada” (BRASIL, 2023, Enfoc, Plano de Gerenciamento 001, p.1). Para formulação das ações de enfrentamento, os integrantes do Susp identificaram o problema principal: Expansão e fortalecimento das organizações criminosas no Brasil.

Delimitando os eixos de atuação e compreendendo as causas e efeitos relacionados ao problema principal, foram traçados objetivos específicos e ações estratégicas.

Assim como o PEDES, o Enfoc destaca que, diante de um problema complexo, é importante que haja a articulação e colaboração entre os órgãos, que haja uma governança colaborativa e dinâmica, que deve se dar em todas as etapas do processo: desde a identificação do problema, identificação de estratégias de atuação e proposições de ações até formas de coleta e análise de dados e informações para a avaliação e ajustes das ações.

No Estado do Rio de Janeiro, em 2022, o governador instituiu o Plano Estadual de Segurança Pública – PESP (Decreto nº 48.139/2022), elaborado em diálogo com o PNSP, e que, atualmente, está sendo atualizado sob a coordenação da recém-recriada Secretaria de Segurança Pública – SESP. A SESP também vem publicando uma sequência de resoluções relevantes que impactam a incidência de confrontos armados e buscam a redução de danos, quando ocorrem.

No Estado do Rio de Janeiro, desde 2009, há um programa da área de segurança pública que visa, primordialmente, a articulação e cooperação entre as polícias

investigativa e a ostensiva. O Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados - SIM implementado como um sistema de definição e gerenciamento de metas para os indicadores estratégicos de criminalidade no território do estado do Rio de Janeiro, conforme o artigo 1º do Decreto Estadual nº 41.931/2009, tem quatro pilares para o atingimento de sua finalidade:

- Produção de indicadores e definição de metas;
- Compatibilização geográfica de atuação das polícias, em Regiões Integradas de Segurança Pública, Áreas Integradas de Segurança Pública e Circunscrição Integradas de Segurança Pública;
- Metodologia para o acompanhamento dos resultados, por meio de reuniões de nível operacional, tático e estratégico;
- Premiações pecuniárias.

Ao longo dos anos, é possível perceber o avanço das corporações policiais na apropriação de ferramentas de georreferenciamento e de análise quantitativa e qualitativa, e a incorporação da análise criminal às rotinas policiais.

O Programa Segurança Presente, criado em 2014, por demanda de comerciantes da região central da capital, também tem a análise criminal como instrumento de trabalho, identificando as manchas de crime para orientar o planejamento operacional, que tem como foco a diminuição da incidência de roubo de rua em áreas específicas e sem sobreposição ao policiamento do Batalhão da localidade, agindo em:

- Áreas de grande circulação de pessoas (população residente e flutuante);
- Área comercial;
- Área turística.

Na perspectiva da segurança turística, o Programa Segurança Presente configurou, na capital, um cinturão turístico envolvendo 10 bases, das 40 que integram o programa. Atualmente, o Programa é coordenador pela Secretaria de Governo - SEGOV, colocando nas ruas, diariamente, cerca de 2.000 profissionais entre policiais militares, assistentes sociais e agentes sociais, com uma capilaridade significativa, chegando a 22 municípios do estado, e com mais demandas para a expansão do programa para outros municípios.

## 4.2. Dados e informações disponíveis sobre o território

Como elemento constitutivo do Programa Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados – SIM, há quatro Indicadores Estratégicos de Criminalidade – IEC: Letalidade Violenta, Roubo de Rua, Roubo de Veículos e Roubo de Carga, que são monitorados pelo governo do Estado do Rio de Janeiro há 15 anos. Por meio deles, é possível verificar que as ocorrências de crime se concentram em determinadas áreas do estado, produzindo manchas criminais. Assim, agregando ao mapeamento das manchas criminais outros dados e informações, pode-se buscar compreender as dinâmicas e fatores (in)existentes que possibilitam a ocorrência desses fenômenos.

Os quatro Indicadores Estratégicos de Criminalidade monitorados pelo SIM apresentam tendência de queda nos últimos anos. Interessa compreender o que isso informa sobre as dinâmicas criminais no estado. A segurança pública está em uma *tendência de maior estabilidade?* Pode estar ocorrendo migração da criminalidade para outros tipos de delito? Os atuais indicadores estratégicos dão conta dos principais problemas de segurança pública no território do estado do Rio de Janeiro?

Em paralelo, mapas disponibilizados pelo Centro de Pesquisa do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - CENPE/MPRJ mostram a forte incidência de tiroteio a menos de 1 Km de escolas e creches na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em anos recentes. Há consenso de que, além dos riscos diretos à vida das crianças e adolescentes, os confrontos armados afetam a expectativa de futuro, produzindo muralhas para a mobilidade social através da educação e reforça as desigualdades e pobreza geracional<sup>4</sup>.

Outro elemento que é importante considerar é a presença de grupos armados com influência em territórios, principalmente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, conforme mostra o Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro elaborado pelo Instituto Fogo Cruzado e o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense -GENI/UFF<sup>5</sup>.

O avanço criminal no território é uma questão que transborda a perspectiva exclusiva da criminalidade urbana como crimes patrimoniais, pois impacta diferentes camadas da vida urbana, indo do direito de ir e vir e da habitação aos padrões de

<sup>4</sup> <https://geo.mprj.mp.br/portal/apps/sites/#/gestaodoterritorio/apps/bbe7cfdac8bd4b51970a249817e38523/explore>. Acessado em 22/01/2024

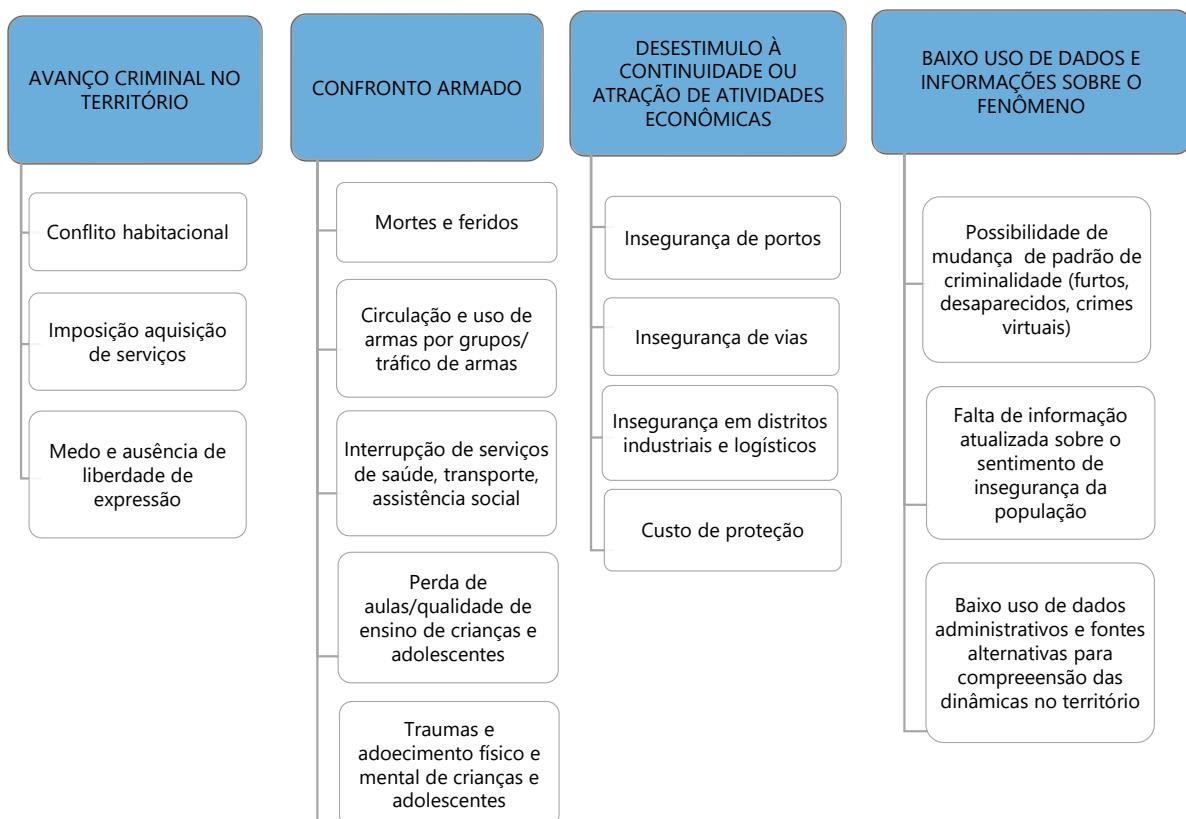
<sup>5</sup> <https://geni.uff.br/2024/06/04/actualizacao-do-mapa-historico-dos-grupos-armados/> acessado em 12/09/2024

consumo à possibilidade de escolhas sobre serviços e produtos, no qual a não submissão ao poder local, coloca a integridade física do morador em risco (GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS, OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2021). No aspecto econômico, tem afetado na decisão de instalação ou permanência de empresas e indústrias em determinados locais.

Neste sentido, é importante delimitar o fenômeno social que se pretende enfrentar, a partir de dados e informações que possibilitem uma compreensão das causas desse fenômeno. Dito isso, foram sistematizados os pontos críticos apresentados pela Alerj e identificados no panorama da segurança pública. A partir dele, buscar-se-á, em diálogo com os órgãos relacionados ao tema, a identificação das diretrizes estratégicas para a atuação, bem como objetivos correspondentes.

## 4.3. Pontos críticos

### Sistematização dos pontos críticos



## 5. SEGURANÇA PÚBLICA TERRITORIAL

A Missão Segurança Pública Territorial visa assegurar a segurança e a qualidade de vida da população fluminense, em especial, as que estão em áreas sob influência de grupos armados e sob risco de confrontos armados.

Para isso, foram selecionados como indicadores da Missão:

### Indicador primário da Missão 9

% da população do ERJ que se sente segura  
(Pesquisa de Vitimização)

### Indicadores secundários da Missão 9

% da população do Estado do Rio de Janeiro que se sente segura, por região  
(Pesquisa de Vitimização)

% de área do Estado do Rio de Janeiro sob controle de grupo armado, por região

nº absoluto de feridos em contexto de confronto armado envolvendo força policial

nº absoluto de mortos em contexto de confronto armado envolvendo força policial

nº absoluto de mortos em contexto de confronto armado envolvendo força policial

A Missão se desdobra em quatro diretivas que respondem aos pontos críticos sinalizados anteriormente. Compreendidas em sua interrelação, as diretivas apontam caminhos para a promoção da segurança pública territorial.

**MISSÃO****DIRETIVA****Segurança Pública  
Territorial**

- Ampliar as políticas públicas para emancipação do território e fortalecimento da cidadania
- Reducir a incidência de confronto armado e dos danos relacionados
- Garantir o ambiente seguro para o funcionamento das atividades econômicas
- Producir dados e informações estratégicas para a segurança pública territorial

## DIRETIVA 1: Ampliar as políticas públicas para emancipação do território e fortalecimento da cidadania

O avanço criminal no território fluminense, representado pela presença e a atuação de grupos criminosos, têm afetado a população fluminense que vive, trabalha ou transita por essas áreas de várias formas e intensidades, especialmente na Região Metropolitana (HIRATA e COUTO, 2022).

Estes grupos se caracterizam por ter na influência ou na presença de um território o elemento central para a imposição, à população da área, de dinâmicas criminais específicas.

As dinâmicas criminais desses grupos podem variar de território para território, mas tem-se observado a crescente exploração imobiliária de organizações criminosas - Orcirms: expulsando moradores de suas casas, sobretaxando e submetendo a construções precárias ou ilegais, dentre outras ações que maculam o direito à habitação. Estas organizações criminosas têm atuado também no controle de oferta de serviços como de internet, gás e transporte, impondo restrições a escolha de serviços e silenciando a população no território (GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS; OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2021; MUNIZ e DIAS, 2022).

Neste sentido, a diretiva “**Ampliar as políticas públicas para emancipação do território e fortalecimento da cidadania**”, tem como objetivos específicos:

### Objetivo 1 Desarticular as organizações criminosas

A desarticulação das organizações criminosas visa interromper a influência e atuação destes grupos no território; isto deve ser dar tanto com a identificação destes grupos como seus integrantes, o indiciamento realizado pelas polícias judiciárias e a prisão. Uma vez presas as lideranças, o aparato da segurança pública deve garantir que estas não sejam capazes de influenciar as dinâmicas criminais no território, atuando no

nível operacional e estratégico.

O que medir para identificar o alcance do objetivo:

- *A quantidade de indiciamentos realizados pelas polícias judiciárias, envolvendo integrantes de organizações criminosas<sup>6</sup>.*

### **Objetivo 2**

### **Reducir a comunicação entre os detentos e as organizações criminosas**

A redução da comunicação entre os detentos e suas organizações criminosas busca contribuir com o enfraquecimento das estruturas das organizações criminosas, que atuam e influenciam as decisões no território, mesmo com os seus integrantes dentro do sistema prisional. A atuação pode se dar por meio da utilização de bloqueios de sinal de celular, interceptação de conversas, e ações de inteligência.

O que medir para identificar o alcance do objetivo:

- *Restrição de comunicação não autorizada de detentos com pessoas de fora do sistema prisional.*

### **Objetivo 3**

### **Realizar a articulação interfederativa no combate ao tráfico de armas, drogas ilícitas, lavagem de dinheiro e organizações criminosas**

A articulação interfederativa para o combate ao tráfico de armas, drogas ilícitas, lavagem de dinheiro e organizações criminosas é estratégica diante da natureza transfronteiriça dessas dinâmicas criminais, de forma que a atuação complementar entre os órgãos de segurança pública estaduais e federais produzirá maior efetividade e

---

<sup>6</sup> Descrição de indicador proposto no Plano de Gerenciamento 001 do Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas - Enfoc para balizar o desempenho deste Programa da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

eficiência, possibilitando a identificação da rede de integrantes das Orcirms e a recuperação de bens e valores destes.

Assim, a adesão dos órgãos de segurança às redes institucionais de enfrentamento ao crime organizado, conforme consta no Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, é um caminho importante, bem como a realização de operações integradas realizadas com a finalidade de combate ao tráfico de armas e o crime organizado, envolvendo órgãos de diferentes níveis federativos.

O que medir para identificar o alcance do objetivo:

- *A ampliação da cooperação dos órgãos de segurança pública estaduais e federais em redes institucionais;*
- *O aumento da localização e recuperação de bens e valores vinculados às Orcirms;*
- *O aumento da identificação integrantes das redes das Orcirms;*
- *O aumento de operações integradas entre os órgãos de segurança pública com a finalidade de combate ao tráfico de armas e o crime organizado.*

#### Objetivo 4

#### **Combater o fornecimento ilegal de serviços essenciais e garantir o acesso regular aos serviços**

O combate ao fornecimento ilegal de serviços essenciais e a garantia da população ao acesso regular aos serviços são duas ações pensadas conjuntamente, que visam assegurar que empresas prestadoras de serviços não sejam impedidas de atuar em determinados territórios por conta da violência e intimidação, bem como possibilitar que moradores e comerciantes – livres de coações e imposições – optem por serviços de sua preferência – como de TV a cabo, internet – e não sejam sobretaxados – como em casos de fornecimento de energia elétrica.

O que medir para identificar o alcance do objetivo:

- *A quantidade de unidades habitacionais com luz regular no estado do Rio de Janeiro;*
- *A diminuição de áreas do ERJ (por região) em que as empresas de energia, internet e TV a cabo têm restrições ou não podem atuar por causa da violência.*

**Objetivo 5****Ampliar a participação da sociedade civil na esfera pública**

A ampliação da participação da sociedade civil na esfera pública, discutindo assuntos públicos com representantes institucionais, é um processo que contribui para o encaminhamento de demandas que refletem melhor os problemas, interesses e necessidades da população.

Porém, em áreas onde há influência ou presença constante de grupos criminosos, a participação da população em espaços de debate ou de decisão sobre a vida coletiva tende a ser rareada. Portanto, é fundamental garantir os espaços e o aumento da participação da população nestes lugares, como os Conselhos Comunitários de Segurança.

O que medir para identificar o alcance do objetivo:

- *A maior participação da população em espaços institucionais como os Conselhos Comunitários de Segurança.*

**Objetivo 6****Promover política de ampliação de qualificação profissional e emprego para egressos do sistema prisional**

A promoção de uma política de ampliação de ofertas de qualificação profissional e emprego para egressos do sistema penal busca constituir e fortalecer uma rede de proteção social dos egressos e suas famílias por meio da possibilidade de geração de renda e autonomia financeira. A ausência ou insuficiência de renda afeta todo o grupo familiar.

A precariedade no acesso ao emprego tende a contribuir para uma maior vulnerabilidade dos egressos, podendo ser um elemento que influencie em uma associação a organizações criminosas. De forma que é fundamental o Estado oferecer alternativas aos egressos.

O que medir para identificar o alcance do objetivo:

- *O aumento de egressos com emprego formal;*
- *A diminuição de reincidência no sistema prisional.*

**Objetivo 7****Inibir a expansão e atuação das Orcirms na exploração imobiliária por meio de uma política urbana e ambiental que promova segurança territorial**

Inibir a expansão e atuação das Orcirms na exploração imobiliária por meio de uma política urbana e ambiental que promova segurança territorial pretende enfraquecer as Orcirms em uma de suas frentes de ação mais expressiva nos últimos anos, principalmente na zona oeste da capital fluminense (HIRATA e COUTO, 2022), tornando relevante a criação de uma política habitacional que contribua para limitar o poder e expansão de grupos armados em áreas do Estado do Rio de Janeiro.

O fortalecimento de uma política de regularização fundiária vinculada a uma política ambiental de infraestrutura urbana da área, bem como a priorização da construção de conjuntos habitacionais de pequeno e médio portes em áreas urbanas centrais, que tenham a existência de oferta regular de serviços, ou seja, a existência de uma estrutura urbana organizada e consolidada dificulta a “entrada” e atuação de organizações criminosas no território.

A maior participação da sociedade civil nas decisões sobre territórios sob expansão urbana e/ou regularização, bem como a ampliação e fortalecimento da fiscalização e monitoramento de áreas de relevância ambiental (incluindo unidades de conservação), pelos órgãos ambientais, são medidas que podem limitar a ocupação e construção irregulares em novas áreas, e que devem ser complementadas com o aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e fiscalização.

O que medir para identificar o alcance do objetivo:

- *A diminuição da expansão imobiliária em áreas de relevância ambiental;*
- *A redução das construções irregulares;*
- *A priorização da construção de conjuntos habitacionais de pequeno e médio porte, em áreas urbanas centrais.*

**Objetivo 8****Identificar e regularizar os territórios no estado que precisam de regularização fundiária**

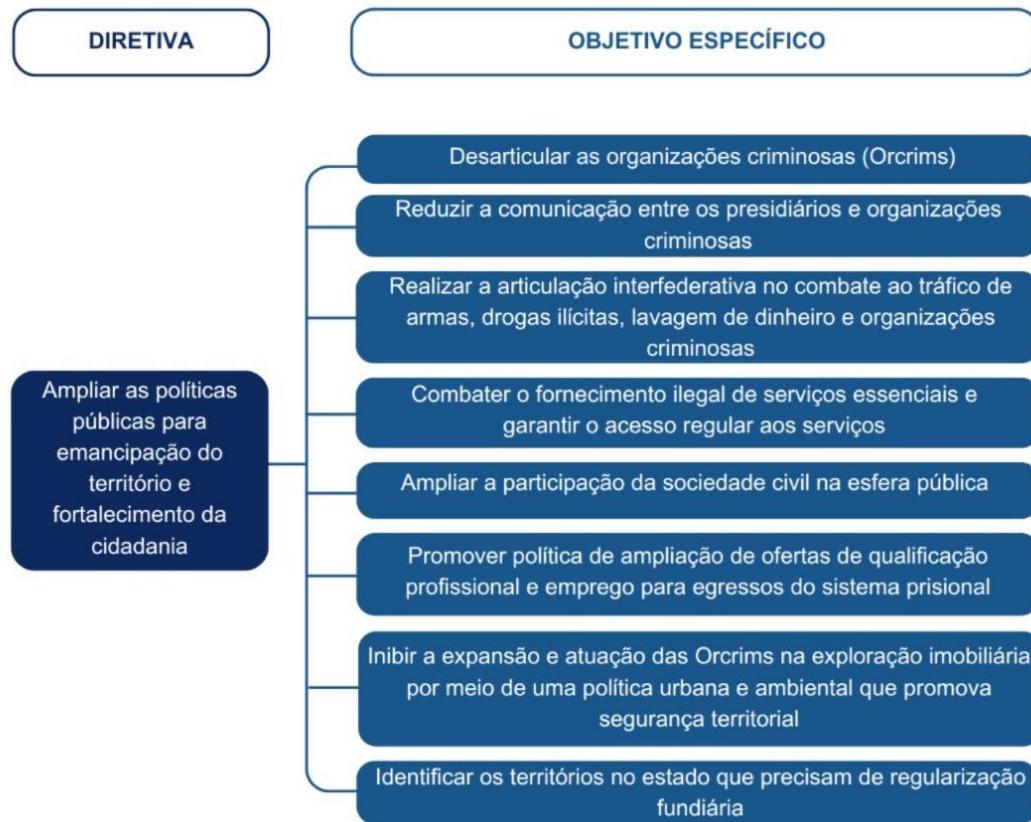
A identificação e regularização dos territórios no estado que precisam de regularização fundiária asseguram a melhoria da moradia e qualidade de vida de pessoas, que, não raro, estão invisibilizadas e em situação de vulnerabilidade social.

Atualmente, a regularização fundiária ocorre por demanda do interessado, mas é possível estabelecer um plano estadual que, em parceria com os municípios, identifique as áreas que necessitam de regularização fundiária em cada município.

Para serem realizadas, a regularização de assentamentos irregulares e a titulação para seus ocupantes necessitam de infraestrutura urbana da área, além de um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, que podem contribuir para limitar ações indiscriminadas de organizações criminosas, e para favorecer o acesso a direitos sociais.

O que medir para identificar o alcance do objetivo:

- *Elaboração e implementação de um plano estadual de regularização fundiária*



## DIRETIVA 2: Reduzir a incidência de confrontos armados e dos danos relacionados

A incidência de confronto armado, principalmente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tem afetado, significativamente e de várias formas, a vida dos que moram e trabalham em territórios de maior ocorrência, como, zona norte e zona oeste da capital, municípios da Baixada Fluminense, São Gonçalo e parte de Niterói<sup>7</sup>.

A ocorrência de confrontos armados, independente da motivação, coloca as pessoas indiscriminadamente em risco de morte e ferimento, além de outros danos possíveis decorrentes da exposição cumulativa à violência armada. A convivência com rotinas de violência tem forte potencial de gerar prejuízos ao desenvolvimento socioemocional dos indivíduos, particularmente, das crianças, podendo produzir traumas e contribuir para o surgimento de problemas mentais e comportamentais (LEMGUBER, 2022; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2020).

A interrupção de serviços desorganiza e afeta a população. Os efeitos no processo de escolarização de crianças e adolescentes vão desde a evasão e perdas de aula e da qualidade de ensino, aos impactos emocionais que comprometem a curiosidade, criatividade, tranquilidade e capacidade cognitiva dos alunos para aprenderem de forma adequada. Este quadro contribui para que profissionais de saúde e educação precisem desenvolver estratégicas e conhecimento para atuar sobre os efeitos de uma realidade muito mais complexa, do que a prevista inicialmente para as suas profissões (LEMGUBER, 2022; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2020).

Neste sentido, a diretiva “**Reducir a incidência de confrontos armados e dos danos relacionados**”, tem como objetivos específicos:

---

<sup>14</sup> Segundo dados e mapa do calor produzido pelo Centro de Pesquisa do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (CENPE/MPRJ) com dados colaborativos da ONG Fogo Cruzado - GADG/MPRJ, acerca a incidência de tiroteio a menos de 1 Km de escolas e creches na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em 2023, <https://geo.mprj.mp.br/portal/apps/sites/#/gestaodoterritorio/apps/bbe7cfdac8bd4b51970a249817e38523/explore>. Acesso em 08/04/2024

GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS; OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados. Janeiro de 2021. Relatório Final. <https://geni.uff.br/2021/03/26/a-expansao-das-milicias-no-rio-de-janeiro-uso-da-forca-estatal-mercado-imobiliario-e-grupos-armados-2/>

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; DIAS, Camila Nunes. Domínios Armados e seus Governos Criminais – uma abordagem não fantasmagórica do “crime organizado”. *Estudos Avançados*, 36 (105), 2022, p. 131-152

**Objetivo 1****Limitar a circulação de armas de fogo ilegais**

A limitação da circulação de armas de fogo ilegais, embora não seja a única, é condição sine qua non para a redução do confronto armado. Neste sentido, é importante atuar para identificar e interceptar o fluxo de circulação internacional de armas ilegais, bem como o fluxo de circulação interestadual, através do número de armas da indústria brasileira apreendidas, que estavam registradas em outros estados e que foram desviadas para o mercado ilegal, usadas em crimes, por exemplo.

Também é relevante o aumento do uso de dados sobre armas, munições e propriedade/responsável, registrado no Sistema Nacional de Armas - SINARM, da Polícia Federal, e do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas - SIGMA, do Exército Brasileiro, como prova técnica, para identificar a autoria de crimes.

O que medir para identificar o alcance do objetivo:

- *A diminuição da entrada de armas de fogo estrangeiras ilegais, no estado do Rio de Janeiro;*
- *A diminuição da entrada de armas de fogo nacionais ilegais, no estado do Rio de Janeiro oriundas de outros estados brasileiros;*
- *O aumento de dados e informações no SINARM e SIGMA sobre armas e munições.*

**Objetivo 2****Aperfeiçoar o controle de material bélico**

O aperfeiçoamento do controle do material bélico pelas forças de segurança impede desvios e uso inadequado e irregular do armamento e munição.

Indo ao encontro deste objetivo foi editada a Resolução SESP nº 15, de 6/5/2024, que “dispõe sobre as diretrizes e organização da gestão dos sistemas de controle de armamentos, munições e demais materiais bélicos de uso exclusivo das Polícias Civil e Militar do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências”, que, no Capítulo 1, das disposições preliminares, estabelece:

Art. 1º - A organização e a adoção de sistemas de controle interno para a gestão logística de armamentos, munições e demais materiais bélicos de uso exclusivo da Secretaria de Estado de Polícia Civil e da Secretaria de Estado de Polícia Militar observarão as diretrizes estabelecidas nesta Resolução.

§1º - Entende-se por sistema de controle interno o somatório das atividades de controle visando dissuadir o cometimento de irregularidades, a eficiência operacional e o cumprimento das normas legais e regulamentares, de acordo com a natureza, complexidade e risco das operações realizadas.

§2º - Na definição dos procedimentos de controle deverá ser priorizado o controle preventivo, sem prejuízo de controles corretivos, exercidos após a ação.

Art. 2º - Os sistemas de controle interno adotados para a gestão logística de armamentos deverão medir e avaliar, através de auditoria interna, a eficiência, eficácia e efetividade dos procedimentos adotados.

Parágrafo Único - A auditoria interna será realizada com o emprego de metodologia e programação próprias, com a expedição de relatórios periódico.

A Resolução SESP nº15 discorre sobre a organização do sistema de controle, bem como a adoção de rotinas e instrumentos de verificação da efetividade na gestão de logística de armamentos e munições.

O que medir para identificar o alcance do objetivo:

- *A adequação e o grau de confiabilidade, eficiência e eficácia dos sistemas de controles adotados.*

### Objetivo 3

### **Aperfeiçoar o planejamento das ações policiais a partir do fortalecimento do sistema de inteligência e tecnologia**

Aperfeiçoar o planejamento das ações policiais a partir do fortalecimento do sistema de inteligência e tecnologia produzirá ações de maior precisão, previsibilidade e controle de riscos, reduzindo a incidência de confrontos armados.

O que medir para identificar o alcance do objetivo:

- *O aumento de relatórios de inteligência subsidiando o planejamento das ações policiais;*
- *O aumento de investimentos e a implementação de novas tecnologias a serviço do planejamento das ações policiais.*

**Objetivo 4****Diminuir a interrupção de serviços de saúde e transporte em razão das ações policiais**

Diminuir a interrupção de serviços de saúde e transporte em razão das ações policiais visa garantir o acesso dos moradores a serviços de saúde, contribuindo com a qualidade de vida da população em territórios com maior incidência de confronto armado, bem como contribuindo para as condições de trabalho dos profissionais de saúde.

O confronto armado tem produzido a suspensão (parcial ou integral) da prestação de serviço nas unidades de saúde, com atendimentos que deixam de ser realizados a pacientes. O impacto na interrupção no transporte público, ao impedir ou dificultar o deslocamento de moradores para o trabalho e estudo, não raro, produz consequências para as relações de trabalho e sustento das famílias.

O que medir para identificar o alcance do objetivo:

- *A diminuição de dias em que os serviços de saúde foram suspensos, parcial ou integralmente, por conta do confronto armado;*
- *A diminuição de dias em que a circulação de meios de transporte foi interrompida, por conta do confronto armado;*
- *A redução da rotatividade de profissionais de saúde e de equipe incompletas.*

**Objetivo 5****Diminuir o impacto das ações policiais na rotina escolar de crianças e adolescentes**

A diminuição do impacto das ações policiais na rotina escolar de crianças e adolescentes implica o maior controle de ocorrência de confronto em horário escolar, que provocam a interrupção ou suspensão de aulas. A exposição de alunos a contextos de confronto impacta o aproveitamento escolar nas escolas localizadas em áreas conflagradas se comparados aos estudantes das escolas localizadas em áreas não conflagradas.

No mesmo sentido, a dinâmica de confronto armado tende a impactar a

permanência do corpo docente e profissionais de educação na unidade, resultando na maior rotatividade e ausência de professores nas escolas em áreas conflagradas em relação as outras unidades de educação do estado.

O que medir para identificar o alcance do objetivo:

- *A diminuição de aulas que foram, total ou parcialmente, suspensas devido a confrontos armados;*
- *A diminuição de ocorrências com confronto em horário escolar;*
- *A redução do déficit de aprendizagem de alunos expostos a contexto de confronto armado;*
- *A redução da rotatividade de profissionais de educação e do número de equipes incompletas.*

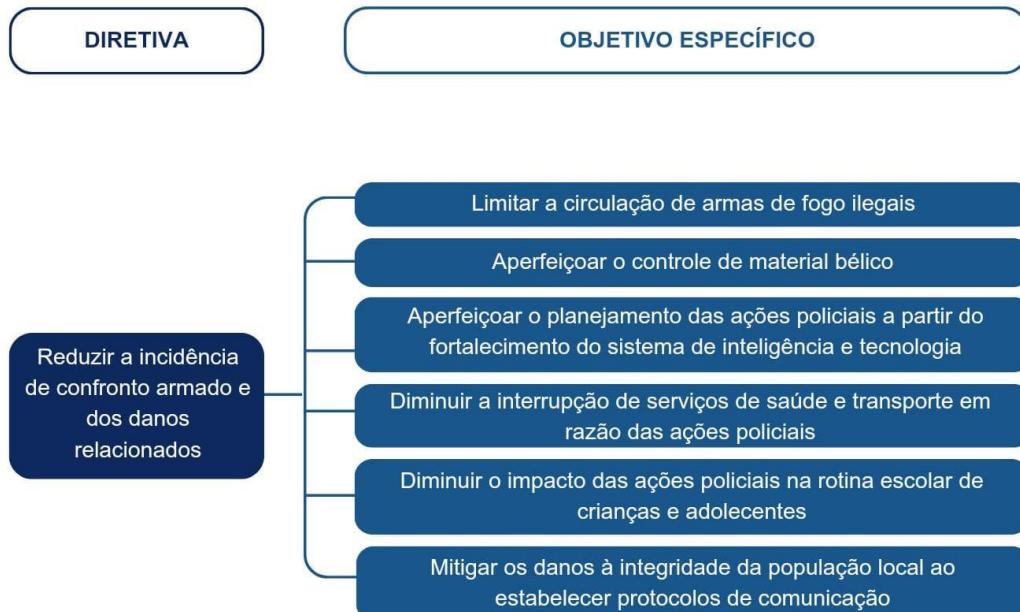
## Objetivo 6

### **Mitigar os danos à integridade da população local ao estabelecer protocolos de comunicação**

Mitigar os danos à integridade da população local ao estabelecer protocolos de comunicação é uma medida necessária e emergencial, que correrá em paralelo à redução da incidência de confronto armado. Estabelecer protocolos de comunicação tem o objetivo de buscar a proteção da vida e integridade da população quando ocorrer confronto armado envolvendo as forças policiais. Neste sentido, a Secretaria de Estado de Segurança e a Secretaria de Estado de Educação estabeleceram, pela Resolução SESP/SEEDUC nº2/2024, o Núcleo de Inteligência e Segurança Escolar, cuja uma das finalidades é implementar o sistema de alerta e aviso do Protocolo de Segurança e Gestão Integrada de Prevenção a Incidentes em Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino Público - PROSEG-escola, visando proteger a comunidade escolar.

O que medir para identificar o alcance do objetivo:

- *A efetividade do sistema de alerta e aviso do PROSEG-escola.*



## DIRETIVA 3: Garantir o ambiente seguro para o funcionamento das atividades econômicas

A segurança pública é um fator que influencia direta e indiretamente a economia. Níveis elevados de violência e criminalidade impactam a atividade produtiva, principalmente, pelas perdas pessoais e materiais, bem como afetam negativamente as decisões de investimento do setor produtivo, o consumo das famílias e o uso eficiente de recursos.

A ausência de, ou a incerteza sobre um ambiente seguro para o funcionamento das atividades econômicas afeta o desenvolvimento econômico do estado. A segurança pública bem sucedida confere ao território estabilidade e previsibilidade social, que são elementos fundamentais para atração e manutenção de empresas, que são fundamentais para tornar o território fluminense competitivo e capaz de influenciar positivamente a decisão alocativa do setor produtivo.

Dentre os elementos que caracterizam a avaliação positiva em relação a segurança pública para o desenvolvimento das atividades econômicas estão: a segurança em portos, de vias e nos distritos industriais e seu entorno. Contudo, diante da insuficiência de segurança pública adequada, a sociedade assume os custos adicionais de transação (serviços de segurança de forma privada), geralmente, nessas áreas. Esses custos afetam diretamente as decisões de investimento, tanto na produção quanto na localização geográfica dos estabelecimentos empresariais, prejudicando o crescimento e o desenvolvimento econômico a longo prazo.

Esse impacto pode ser percebido em diversas cadeias produtivas, que abrangem atividades econômicas de agropecuária, indústria e serviços, incluindo o comércio. Na indústria, os custos de transação podem aumentar na proteção de seus estoques, por exemplo. Já a insegurança pública em portos e vias, os custos podem recair na logística, que é etapa de distribuição, dentre outros, de produtos industrializados. No que tange aos serviços, cite-se atividades econômicas relacionadas ao turismo. A percepção do estado do Rio de Janeiro como lugar seguro contribui para estimular a decisão do turista pelo Estado do Rio de Janeiro como destino turístico, seja nacional ou internacional, sendo necessário atuar tanto na dimensão objetiva quanto subjetiva da segurança pública.

Neste sentido, a diretiva “**Garantir o ambiente seguro para o funcionamento das atividades econômicas**”, tem como objetivos específicos:

**Objetivo 1****Aumentar a sensação de segurança em áreas de interesse para o desenvolvimento das atividades econômicas**

Aumentar a sensação de segurança em áreas de interesse para o desenvolvimento das atividades econômicas é necessária para que clientes, consumidores, fornecedores, produtores, ou seja, todos os atores econômicos possam ter tranquilidade para executar os seus papéis, o que requer ações para garantir a segurança objetiva das pessoas, quanto à capacidade de transmitir a sensação de segurança.

Novamente, o turismo é um setor econômico que tende a sentir e refletir rapidamente os impactos da insegurança no território, refletindo na menor ou maior busca daquele lugar como destino turístico, em seus vários segmentos (Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Estudos e Intercâmbio, Turismo de Aventura, Turismo de Sol e Praia Turismo de Negócios e Eventos etc.)

No setor industrial, cuja instalação de uma nova unidade requer considerável tempo, a estabilidade e previsibilidade em relação ao cenário de segurança tendem a contribuir significativamente na escolha do lugar para a implementação, sendo, desta forma, a segurança pública um fator de competitividade relevante.

O que medir para identificar o alcance do objetivo:

- *A estabilidade no nível de ocupação da rede hoteleira;*
- *O aumento de instalação de novas empresas;*
- *O adensamento e ocupação dos distritos industriais do Estado.*

**Objetivo 2****Diminuir a ocorrência de crimes em áreas comerciais e de turismo**

Ampliar as estratégias para a diminuição de crimes em áreas comerciais e de turismo é fator preponderante para a diminuição da incidência criminal nessas áreas, que são mais impactadas pelo roubo de rua, furto a transeunte e aparelho celular e roubo e furto a estabelecimentos comerciais.

O que medir para identificar o alcance do objetivo:

- *Diminuição de roubos e furtos a estabelecimento comercial;*
- *Diminuição de roubos de rua, furtos a transeunte e furtos de celular em áreas comerciais.*

### Objetivo 3

#### **Garantir a segurança no transporte de carga**

A garantia da segurança no transporte de carga nas rodovias – principalmente, no município do Rio de Janeiro, BR-101/Avenida Brasil, Duque de Caxias e São João de Meriti, nas rodovias BR-040/Rodovia Washington Luís, BR-116/Rodovia Presidente Dutra e BR-493/Arco Metropolitano – é primordial para o desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro, além de impactar diretamente nas condições de trabalho e saúde física e emocional de trabalhadores deste segmento.

O que medir para identificar o alcance do objetivo:

- *Redução da incidência de roubos de carga.*

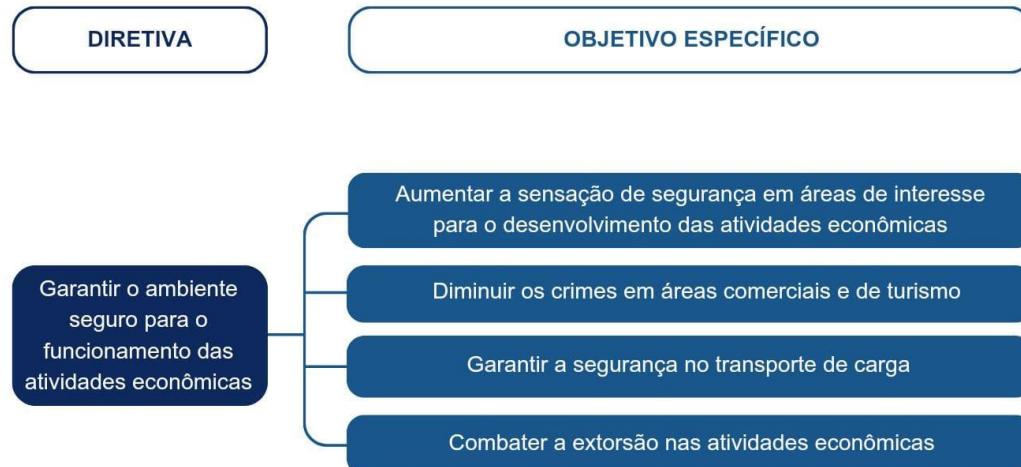
### Objetivo 4

#### **Combater a extorsão nas atividades econômicas**

Combater a extorsão nas atividades econômicas trará maior estabilidade e segurança para o desenvolvimento das atividades comerciais e da prestação de serviços, em territórios do Rio de Janeiro, principalmente na zona oeste e Baixada Fluminense.

O que medir para identificar o alcance do objetivo:

- *Redução da extorsão e da tentativa de extorsão a comerciantes.*



## DIRETIVA 4: Produzir dados e informações estratégicas para a segurança pública territorial

Os governos contemporâneos têm investido intensamente na produção de dados, porém a existência de extensas bases de dados não se traduz, necessariamente, na utilização destas bases para a produção de informação e conhecimento para embasar a tomada de decisão. Além disso, há uma produção considerável de pesquisas, em diferentes campos de conhecimento, sobre fenômenos sociais, políticas públicas e territórios que podem subsidiar gestores em suas decisões.

Assim, a produção de uma segurança pública efetiva requer a compreensão das dinâmicas sociais e conflitivas e como os fenômenos relacionados à violência e a criminalidade se distribuem pelo território fluminense, bem como o sentimento de segurança, a vitimização e a confiança nas instituições afetam diferentemente camadas da sociedade ou grupos específicos. Também é importante compreender as possibilidades de mudança de padrão de criminalidade no território e na dimensão virtual.

Neste sentido, a diretiva “**Produzir dados e informações estratégicas para a segurança pública territorial**”, tem como objetivos específicos:

### Objetivo 1

#### **Produzir pesquisas de vitimização, sentimento de segurança e avaliação das instituições e área de segurança para a melhor tomada de decisão**

A produção periódica de pesquisa de vitimização, sentimento de segurança e avaliação das instituições e áreas de segurança permitem ter um conhecimento mais próximo da incidência de vitimização da população, uma vez que traz informações sobre crimes e violências subnotificados, ou seja, que não entraram nas estatísticas criminais, além de possibilitar a análise sobre a confiança nas instituições públicas e o sentimento de segurança no território. São todas informações estratégicas para a elaboração de políticas públicas de segurança pública.

O que medir para identificar o alcance do objetivo:

- *A periodicidade da realização da pesquisa de vitimização e disponibilização de dados;*
- *A amplitude da pesquisa.*

## Objetivo 2

### **Aperfeiçoar as redes de inteligência**

Aperfeiçoar as redes de inteligência permitirá, cada vez mais, a assertividade e conectividade entre as etapas do planejamento estratégico ao operacional.

Os órgãos de segurança pública têm, internamente, investido em setores de inteligência, que precisam continuamente serem aperfeiçoados em suas possibilidades de trabalho em rede. Um exemplo é a integração estabelecida no âmbito do Consórcio de Integração do Sul e Sudeste - COSUD para a segurança pública regional, visando ampliar a cooperação entre os estados que compõem o consórcio por meio de proposição e execução de ações integradas, troca de informações e boas práticas.

O que medir para identificar o alcance do objetivo:

- *A ampliação da adesão de órgãos de segurança às redes de inteligência.*

## Objetivo 3

### **Proporcionar o melhor compartilhamento de informações entre os órgãos de segurança ao integrar o sistema de banco de dados**

Proporcionar o melhor compartilhamento de informações entre órgãos de segurança ao integrar o sistema de banco de dados, entre os órgãos estaduais e federais, permitirá mais acesso à informação qualificada pelos órgãos de segurança pública para a elaboração de suas ações visando a produção de segurança pública territorial.

O que medir para identificar o alcance do objetivo:

- A regularidade de compartilhamento de dados atualizados dos órgãos de segurança pública do ERJ, no Sinesp<sup>8</sup>;
- A quantidade de bases de dados integradas entre os órgãos de segurança.

#### **Objetivo 4**

#### **Incorporar a percepção da população na produção de diagnósticos locais**

Incorporar a percepção da população na produção de diagnósticos locais possibilitará um conhecimento mais qualificado sobre o território a partir da diversidade e da perspectiva de quem vive e circula no espaço.

Há instâncias, como os Conselhos Comunitários de Segurança e Associações de Moradores, que podem se constituir em espaços para que a população explice as suas demandas e olhares sobre a dinâmica do território.

A produção de dissertações e teses, bem como a constituição de grupos de pesquisa sobre segurança pública, conflito e violência, em diferentes campos de conhecimento e que também trazem a percepção da população a essas questões, têm apresentado um crescimento relevante, o que representa um rico acervo e espaços de interlocução para gestores na formulação de diagnósticos.

O que medir para identificar o alcance do objetivo:

- Aumento da elaboração de planos, programas e políticas públicas em segurança pública com a participação da sociedade civil.

#### **Objetivo 5**

#### **Usar dados administrativos do poder público (não policial) para produzir estatísticas para a área da segurança pública**

Usar dados administrativos do poder público (não policial) para produzir estatística para a área de segurança pública possibilitará compreender o impacto da

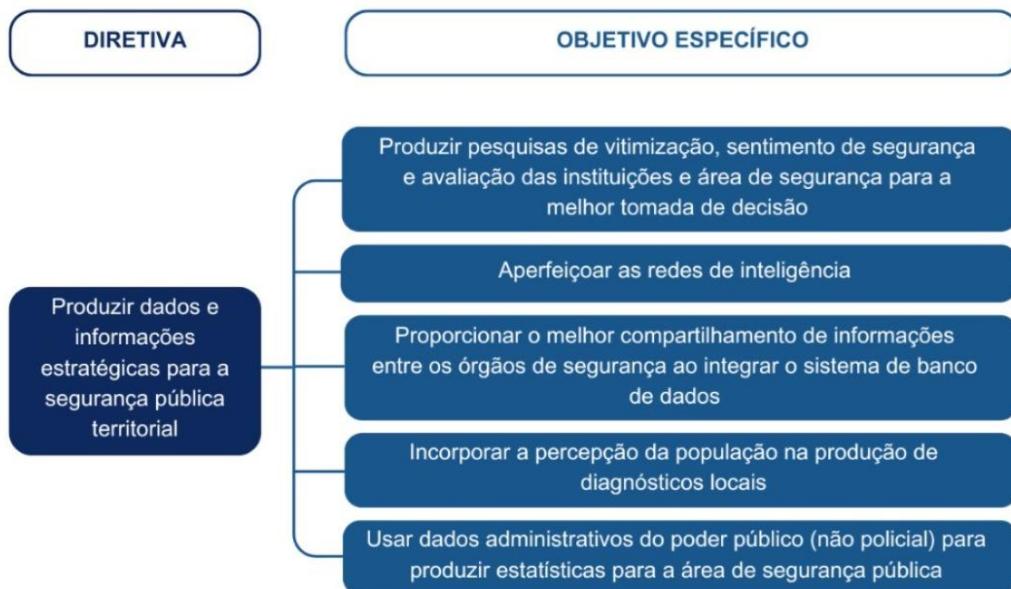
---

<sup>8</sup> Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas -Sinesp, da SENASP/Ministério da Justiça e Segurança Pública.

violência, confrontos e sentimento de segurança na rotina de oferta de serviços, na educação de crianças e adolescentes, nas condições de trabalho de servidores em determinados territórios. Para isso, serão necessários convênios e/ou termo de cooperação técnica com municípios e órgãos do estado para transformar em estatística os registros administrativos de interesse da área de segurança pública.

O que medir para identificar o alcance do objetivo:

- *A proporção de indicadores consolidados oriundos de fonte não policial relacionados à Missão Segurança Pública Territorial, no PEDES.*



## 6. PLANILHAS DE INDICADORES

### 6.1. Indicadores da Missão

#### SEGURANÇA PÚBLICA TERRITORIAL

TIPO DE INDICADOR	O QUE MEDIR	SITUAÇÃO DO INDICADOR*	ÓRGÃOS DE REFERÊNCIA**
Primário	A porcentagem da população que se sente segura no ERJ	em prospecção	ISP
Secundário	O percentual da população, por região, que se sente segura	em prospecção	ISP
Secundário	O percentual da área do Estado do Rio de Janeiro sob controle de grupo armado, por região	em prospecção	GENI-UFF
secundário	Pessoas feridas em contexto de confronto armado envolvendo força policial	em prospecção	ISP/SESP/SEPOL
secundário	Pessoas mortas em contexto de confronto armado envolvendo força policial	em prospecção	ISP/SESP/SEPOL
secundário	Quantidade de policiais mortos em serviço	consolidado	ISP

\*Classificação conforme o artigo 3 da Resolução SEPLAG nº 320 de 13 de agosto de 2024

\*\*Órgãos que poderão contribuir com a construção do indicador.

## 6.2. Indicadores dos objetivos específicos – diretiva 1

### AMPLIAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EMANCIPAÇÃO DO TERRITÓRIO E FORTALECIMENTO DA CIDADANIA

OBJETIVO ESPECÍFICO	O QUE MEDIR	SITUAÇÃO DO INDICADOR	INDICADOR	ÓRGÃOS DE REFERÊNCIA
Desarticular as organizações criminosas	A quantidade de indiciamentos realizados pelas polícias judiciárias envolvendo integrantes de organizações criminosas (Enfoc)	em prospecção		SEPOL/PF/ISP
	A atuação e influência de lideranças criminosas presas em suas Orcims	em prospecção		SEAP
Reducir a comunicação entre os detentos e organizações criminosas	A restrição de comunicação não autorizada de detentos com pessoas de fora do sistema prisional	em prospecção		SEAP
Realizar a articulação interfederativa no combate ao tráfico de armas, drogas ilícitas, lavagem de dinheiro e organizações criminosas	A ampliação da cooperação dos órgãos de segurança pública estaduais e federais em redes institucionais	em prospecção		SENASP/SESP
	O aumento da localização e recuperação de bens e valores vinculados às Orcims	em prospecção		SEPOL/SESP
	O aumento da identificação integrantes das redes das Orcims	em prospecção		SEPOL/SESP
	O aumento de operações integradas entre os órgãos de segurança pública com a finalidade de combate ao tráfico de armas e o crime organizado	em prospecção		SESP - SEPOL/SEPM/PF/PRF
Combater o fornecimento ilegal de serviços essenciais e garantir o acesso regular aos serviços	A quantidade de unidades habitacionais com luz regular no estado do Rio de Janeiro	em prospecção		LIGHT/ENEL/ANEEL
	A diminuição de áreas do ERJ (por região) em que as empresas de energia, internet e TV a cabo têm restrições ou não podem atuar por causa da violência	em prospecção		INEAC-UFF/SEPOL/ISP/agências reguladoras
Ampliar a participação da sociedade civil na esfera pública	A maior participação da população em espaços institucionais como os Conselhos Comunitários de Segurança	em prospecção		ISP
Promover política de ampliação de ofertas de qualificação profissional e emprego para egressos do sistema penal	O aumento de egressos com emprego formal	em prospecção		SEAP/FSC
	A diminuição de reincidência no sistema prisional	em prospecção		SEAP/MP
Inibir a expansão e atuação das Orcims na exploração imobiliária por meio de uma política urbana e ambiental que promova segurança territorial	O fortalecimento de uma política de regularização fundiária vinculada a uma política ambiental de infraestrutura urbana da área	em prospecção		ITERJ
	A diminuição da expansão imobiliária em áreas de relevância ambiental	em prospecção		SEAS/SEPOL/SEPM
	A redução das construções irregulares	em prospecção		prefeituras
	A priorização da construção de conjuntos habitacionais de pequeno e médio porte, em áreas urbanas centrais	em prospecção		SEHIS
Identificar e regularizar os territórios no estado que precisam de regularização fundiária	Elaboração e implementação do plano estadual de regularização fundiária	em prospecção		ITERJ

## 6.3. Indicadores dos objetivos específicos – diretiva 2

### REDUZIR A INCIDÊNCIA DE CONFRONTOS ARMADOS E DOS DANOS RELACIONADOS

OBJETIVO ESPECÍFICO	O QUE MEDIR	SITUAÇÃO DO INDICADOR	INDICA DOR	ÓRGÃOS DE REFERÊNCIA
Limitar a circulação de armas de fogo ilegais	A diminuição da entrada de armas de fogo estrangeiras ilegais, no estado do Rio de Janeiro	em prospecção		SEPOL/ISP/PF
	A diminuição da entrada de armas de fogo nacionais ilegais, no estado do Rio de Janeiro oriundas de outros estados brasileiros	em prospecção		SEPOL/ISP/PF
	O aumento de dados e informações no SINARM e SIGMA sobre armas e munições	em prospecção		SESP
Aperfeiçoar o controle de material bélico	A adequação e o grau de confiabilidade, eficiência e eficácia dos sistemas de controles adotados	em prospecção		SESP/SEPOL/SEPM
Aperfeiçoar o planejamento das ações policiais a partir do fortalecimento do sistema de inteligência e tecnologia	O aumento de relatórios de inteligência subsidiando o planejamento das ações policiais	em prospecção		SESP/SEPOL/SEPM
	O aumento de investimentos e a implementação de novas tecnologias a serviço no planejamento das ações policiais	em prospecção		SESP/SEPOL/SEPM
Diminuir a interrupção de serviços de saúde e transporte em razão das ações policiais	A diminuição de dias em que os serviços de saúde foram suspensos, parcial ou integralmente, por conta do confronto armado	em prospecção		SES
	A diminuição de dias em que a circulação de meios de transporte foi interrompida, por conta do confronto armado	em prospecção		Agentransp
	A redução da rotatividade de profissionais de saúde e de equipe incompletas	em prospecção		SES
Diminuir o impacto das ações policiais na rotina escolar de crianças e adolescentes	A diminuição de aulas que foram, total ou parcialmente, suspensas devido a confrontos armados	em prospecção		SEEDUC/secretarias municipais de educação
	A diminuição de ocorrências com confronto em horário escolar	em prospecção		SEEDUC
	A redução do déficit de aprendizagem de alunos expostos a contexto de confronto armado	em prospecção		SEEDUC/Inep
	A redução da rotatividade de profissionais de educação e do nº de equipes incompletas	em prospecção		SEEDUC/secretarias municipais de educação
Mitigar os danos à integridade da população local ao estabelecer protocolos de comunicação	A efetividade do sistema de alerta e aviso do PROSEG-escola	em prospecção		SEEDUC

## 6.4. Indicadores dos objetivos específicos – diretiva 3

GARANTIR O AMBIENTE SEGURO PARA O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

OBJETIVO ESPECÍFICO	O QUE MEDIR	SITUAÇÃO DO INDICADOR	INDICADOR	ÓRGÃOS DE REFERÊNCIA
Aumentar a sensação de segurança em áreas de interesse para o desenvolvimento das atividades econômicas	A estabilidade no nível de ocupação da rede hoteleira	em prospecção		SETUR/ CONSETUR
	O aumento de instalação de novas empresas	em prospecção		CODIN/ JUCERJ
	O adensamento e ocupação dos distritos industriais do Estado	Em prospecção		CODIN
Diminuir a ocorrência de crimes em áreas comerciais e de turismo	Diminuição de roubos e furtos a estabelecimento comercial	consolidado	nº de roubos e nº de furtos a estabelecimentos comerciais	ISP
	Diminuição de roubos de rua, furtos a transeunte e furtos de celular em áreas comerciais	em prospecção		FECOMÉRCIO/ ISP
Garantir a segurança no transporte de carga	Redução da incidência de roubos de carga	consolidado	nº IEC Roubo de Carga	ISP
Combater a extorsão nas atividades econômicas	Redução da extorsão e da tentativa de extorsão a comerciantes	em prospecção		Disque-Denúncia

## 6.5. Indicadores dos objetivos específicos – diretiva 4

### PRODUZIR DADOS E INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA TERRITORIAL

OBJETIVO ESPECÍFICO	O QUE MEDIR	SITUAÇÃO DO INDICADOR	INDICADOR	ÓRGÃOS DE REFERÊNCIA
Producir pesquisas de vitimização, sentimento de segurança e avaliação das instituições e área de segurança para a melhor tomada de decisão	A periodicidade da realização da pesquisa de vitimização e disponibilização de dados	em prospecção		ISP
	A amplitude da pesquisa de vitimização	em prospecção		ISP
Aperfeiçoar as redes de inteligência	A ampliação da adesão de órgãos de segurança às redes de inteligência	em prospecção		SESP
Proporcionar o melhor compartilhamento de informações entre os órgãos de segurança ao integrar o sistema de banco de dados	A regularidade de compartilhamento de dados atualizados dos órgãos de segurança pública do ERJ, no SINESP	em prospecção		SENASP
	A quantidade de bases de dados integradas entre os órgãos de segurança	em prospecção		SESP
Incorporar a percepção da população na produção de diagnósticos locais	Aumento da elaboração de planos, programas e políticas públicas em segurança pública com a participação da sociedade civil	em prospecção		SESP/SEPOL/SEPM/ISP/SEAP
Usar dados administrativos do poder público (não policial) para produzir estatísticas para a área de segurança pública	A proporção de indicadores consolidados oriundos de fonte não policial relacionados à Missão Segurança Pública Territorial, no PEDES	a elaborar		SEPLAG

## 7. PRÓXIMOS PASSOS

Este documento traz sistematizados os elementos constitutivos da Missão Segurança Pública Territorial para que esta Missão se integre tanto ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social, quanto ao processo, necessariamente constante e dinâmico, de planejamento estratégico.

Assim, finalizada a etapa da sistematização das diretrivas e objetivos específicos da Missão Segurança Pública Territorial, inicia-se uma outra fase: a da construção de um sistema de indicadores para acompanhar, mensurar, analisar e orientar as ações para o atingimento da Missão.

Em vez de construir as diretrivas e objetivos específicos a partir do mapeamento dos indicadores existentes, tradicionalmente utilizados; a opção metodológica foi buscar a identificação dos pontos críticos referentes à segurança pública no território, para a partir daí construir, em diálogo com os integrantes das Câmaras Técnicas, as direções que devem ser seguidas, que foram traduzidas em quatro diretrivas e vinte e três objetivos específicos.

Por isso, antes de definir um indicador, optamos por discutir, analisar e explicitar “o que queremos medir?”, ou seja, o que nós precisamos saber para avaliar se aquele objetivo está sendo alcançado ou não. A resposta nem sempre correspondia a um indicador já consolidado, público e com uma série histórica. Em muito casos, sinalizava para um dado administrativo governamental, que, poderá vir a ser qualificado como estatística social para a compreensão de fenômenos no território.

Diante disso, buscaremos agregar novos indicadores aos já tradicionalmente utilizados pela administração pública para a compreensão dos fenômenos sociais no território. A equipe do Núcleo de Monitoramento e Avaliação do PEDES – NUPEDES, em diálogo com diferentes órgãos terá a atribuição de estimular e apoiar a produção, de reunir e/ou de sistematizar novos indicadores de diferentes fontes: oriundos de dados administrativos das polícias e também da saúde, educação, do desenvolvimento econômico; produzidos pelas universidades e seus núcleos de pesquisa; sistematizados por setores empresariais e agências reguladoras. Alguns dos indicadores necessários para o acompanhamento da Missão já estão produzidos, o que precisaremos e reuni-los.

A próxima etapa, então, será conversar com os diferentes órgãos que poderão contribuir com a construção, sistematização e qualificação dos indicadores dos objetivos específicos da Missão.

Sabemos que já temos muitos dados produzidos, porém, por força da Resolução SEPLAG nº 320, de 13 de agosto de 2024, praticamente todos os indicadores desta Missão precisaram ser classificados como “em prospecção”, uma vez que ainda não houve contato com os órgãos ou instituições responsáveis pelos dados.

Garantir a segurança pública territorial exigirá uma atuação cooperativa, intersetorial, multiescalar e com informação de qualidade. Neste sentido, o monitoramento e avaliação proposto no âmbito do PEDES não pretende ser um mecanismo de controle burocrático, em vez disso, busca, por meio de metodologias e instrumentos de monitoramento e avaliação (M&A) estimular o debate, o planejamento estratégico das ações pelos órgãos e tomadas de decisão para os próximos oito anos.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ana Luísa Vieira de. **Uso de Estatísticas Criminais e Planejamento das Atividades Policiais: um estudo sobre a percepção dos profissionais de segurança pública do estado do Rio de Janeiro.** Tese de doutorado da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. 2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030.** Brasília, 2021.

BRASIL. **Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas (Enfoc): Plano de gerenciamento 001.** Brasília, 2023.

CAMPAGNAC, Vanessa e FERREIRA, Marcus (2013). Avaliação do Impacto do Uso da Informação na Prevenção do Roubo a Transeunte no Estado do Rio de Janeiro. **Painel 52/197 Segurança pública: o RJ em foco.** VI Congresso CONSAD de Gestão Pública, Brasília.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho.** 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CORTES, Vanessa, CAMPAGNAC, Vanessa e CABALLERO, Bárbara. **Dossiê Cidades 2021.** Instituto de Segurança Pública, Rio de Janeiro, 2021.

FAVARETO; A., & LOTTA, G. (2022). A longa evolução das ideias sobre Estado, políticas públicas e territórios – para além das políticas e abordagens territorialmente cegas. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos e Regionais**, 24(1). <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202229>

FERNANDES, Edésio (org). **20 Anos do Estatuto da Cidade: experiências e reflexões.** 2021. Acessado em 5/10/2022. [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/20-anos-do-Estatuto-da-Cidade.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/20-anos-do-Estatuto-da-Cidade.pdf)

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2011). **Manual de Procedimentos para o Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados.** Edição revisada. Rio de Janeiro.

GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS; OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados. Janeiro de 2021. Relatório Final. <https://geni.uff.br/2021/03/26/expansao-das-milicias-no-rio-de-janeiro-uso-da-forca-estatal-mercado-imobiliario-e-grupos-armados-2/>

HIRATA, Daniel; COUTO, Maria Isabel. **Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro.** Relatório, Rio de Janeiro, setembro de 2022, acessado em 12/02/2022 [https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2022/09/Relatorio\\_Mapas\\_Grupos\\_Armados\\_Geni\\_WEB.pdf](https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2022/09/Relatorio_Mapas_Grupos_Armados_Geni_WEB.pdf)

LEMGRUBER, Julita. **Tiros no Futuro: impactos da guerra às drogas na rede municipal de educação do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: CESeC, 2022.

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social. In: GENTILI, Pablo (org). **Globalização excludente. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial.** Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Sistema Único de Segurança Pública.** Relatório de atividades: implantação do Sistema único de Segurança Pública. 2007.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Incidência de confrontos no entorno de escolas da cidade do Rio de Janeiro.** Relatório. Centro de Pesquisa do MPRJ. Dezembro, 2020.

MIRANDA, Ana Paula; MUNIZ, Jacqueline. Um Campo de Experiências, Afetações e “Achismos”: dilemas e desafios metodológicos em pesquisas empíricas sobre criminalidade, violências, (in) segurança e ativismos. **Runa.** 42.1 enero-junio, 2021, p21-41.

MOURA, Rosa, OLIVEIRA, Samara, PÊGO, Bolívar. **Escalas da urbanização brasileira.** Texto para Discussão, IPEA, Rio de Janeiro, 2018.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; DIAS, Camila Nunes. Domínios Armados e seus Governos Criminais – uma abordagem não fantasmagórica do “crime organizado”. **Estudos Avançados,** 36 (105), 2022, p. 131-152.

PEREIRA, Viviane Mendes dos Santos. **Programa Segurança Presente: a gestão da segurança pública sob a ótica do New Public Management.** Dissertação de mestrado profissional em Administração Pública. FGV, 2021.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019.**

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano Regional 2021.**

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Planejamento e Gestão. **Nota Técnica nº 003/2022/SUBPLE - Centralidades.** Rio de Janeiro, outubro de 2022c. Disponível em: <http://estrategia.planejamento.rj.gov.br/estrategia-api/wp-content/uploads/2023/01/Nota-Tecnica-no-003.2022.SUBLE-Centralidades.pdf>

SÁ, Antônio Roberto Cesário. Sistema Integrado de Metas e Acompanhamento de Resultados da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro. **Painel 52/197 Segurança pública: o RJ em foco,** VI Congresso CONSAD de Gestão Pública, Brasília.2013.

THIAGO, Cristiane Muniz. **Rio de Janeiro operário: memória dos trabalhadores do bairro do Jacaré.** Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

TOPALOV, Christian. Os saberes sobre a cidade: tempos de crise. **Espaço e Debates** (34), 1991, p.28-38.

# APÊNDICE

## Ficha de validação dos pontos críticos

**É possível considerar como sendo estratégico para os próximos oito anos o enfrentamento dos quatro pontos críticos descritos abaixo para a o fortalecimento de uma segurança pública territorial?**

SEGURANÇA PÚBLICA TERRITORIAL				
Dominio territorial armado	Confronto armado	Desestímulo à continuidade ou atração de atividades econômicas	Baixo uso de dados e informações sobre o fenômeno e seus impactos	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conflito habitacional;</li> <li>• Imposição de aquisição de serviços;</li> <li>• Medo e ausência de liberdade de expressão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mortes e feridos;</li> <li>• Circulação e uso ilegal de armas / tráfico de armado;</li> <li>• Interrupção de serviços de saúde, transporte, assistência social...;</li> <li>• Impacto na escolaridade de crianças e adolescentes: perda de aulas e da qualidade de ensino;</li> <li>• Traumas e adoecimento físico e mental de crianças e adolescentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Insegurança em portos;</li> <li>• Insegurança em vias (roubo de carga);</li> <li>• Insegurança em parques industriais;</li> <li>• Custo de proteção;</li> <li>• Insegurança no comércio de rua.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de clareza se houve mudança de padrão da criminalidade urbana (furto, desaparecidos, crimes virtuais...);</li> <li>• Falta de informação atualizada sobre o sentimento de insegurança da população;</li> <li>• Baixo uso de dados administrativos e fontes alternativas para a compreensão das dinâmicas no território.</li> </ul>	
Considera a existência de áreas do ERJ, principalmente na Região Metropolitana, sob domínio ou influência de grupos armados com dinâmicas criminais específicas, subjugando a população da área.	Considera a significativa frequência de ocorrência de confrontos armados, principalmente em comunidades e favelas, que além de colocar vidas em risco, afeta o desenvolvimento socioeconômico das pessoas e da localidade.	Considera o impacto da instabilidade e imprevisibilidade de dinâmicas sociais para o desenvolvimento econômico.	Considera a produção, uso e fluxo de informação e dados sobre dinâmicas sociais e criminais e fenômenos sociais para o melhor diagnóstico e tomada de decisão.	

## Diretiva 1: perguntas norteadoras e quadro final

OBJETIVO	PERGUNTA
<b>Qualificando a questão</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Como você vê a questão do “<b>avanço criminal no território</b>” no estado do Rio de Janeiro?</li> <li>2. Qual a sua análise sobre a sua distribuição pelo território? Há mudança de característica conforme o território de ocorrência?</li> <li>3. O que essa dinâmica afeta?</li> <li>4. Sendo um problema complexo, quem deve ser mobilizado para atuar nele?</li> </ol>
<b>Construindo a diretiva</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Considerando esse cenário, qual deve ser o objetivo geral para reverter o ponto crítico?</li> </ol>
<b>Construindo objetivos específicos</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Quais objetivos específicos podemos indicar, que possam contribuir para o alcance do objetivo geral?</li> </ol>
<b>Identificando métricas</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O que devemos medir/identificar para considerar que este objetivo está sendo alcançado?</li> </ol>
<b>Identificando a existência de indicadores</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Há indicadores já formulados que possam contribuir com a compreensão do atingimento desse objetivo?</li> <li>2. Qual? O que ele possibilita compreender?</li> </ol>

**DIRETIVA E OBJETIVOS REFERENTES AO PONTO CRÍTICO 1**  
**CÂMARA TÉCNICA MISSÃO SEGURANÇA PÚBLICA TERRITORIAL – PEDES (15/05/2024)**

Ponto crítico	Diretiva	Objetivo específico	O que medir?	Órgãos que podem contribuir com a construção do indicador
Avanço criminal no território  Ampliação de políticas públicas para emancipação do território e fortalecimento da cidadania		Desarticular as organizações criminosas	Indiciamentos realizados pelas polícias judiciárias envolvendo integrantes de organizações criminosas (Enfoc)	SEPOL PF
			A atuação e influência de lideranças criminosas presas em suas Orcims (operacional e estratégico)	SEAP
		Reducir a comunicação entre os presidiários e organizações criminosas	Unidades prisionais com bloqueio de sinal de celular "Bloqueio, interceptação, inteligência, tecnologia"	SEAP
		Articulação interfederativa no combate ao tráfico de armas, drogas ilícitas, lavagem de dinheiro e organizações criminosas	Adesão dos órgãos às redes institucionais de enfrentamento ao crime organizado (Enfoc)	SENASA
			Total de valores dos bens e CPF vinculados à Orcims, localizados e recuperados. (Enfoc)	SEPOL
			Número de operações integradas realizadas com a finalidade de combate ao tráfico de armas e o crime organizado, envolvendo órgãos de diferentes níveis federativos.	SESP/SEPOL/ SEPM/ PF/PRF
		Fortalecer os mecanismos de controle de armas de fogo e munição apreendidas (DIRETIVA 2)	Aumento do uso de dados sobre armas, munições e propriedade/responsável, do SINARM e SIGMA, como prova técnica.	MP (GAECO)/SEPOL
		Combater o fornecimento ilegal de serviços essenciais e garantir o acesso regular aos serviços	A proporção de unidades habitacionais com luz regular.	LIGHT/ENEL/ SEPOL
			Percentual de áreas da RM em que empresas de serviço de tv a cabo e internet não atuam por conta da violência.	INEAC/UFF/ SEPOL
		Incentivar a participação social na esfera pública	Aumento da participação da população em CCSSs	ISP
		Promover política de ampliação de ofertas de qualificação profissional e emprego para egressos do sistema penal e seus familiares	Aumento de egressos com emprego formal	SEAP/FSC
			Diminuição da reincidência.	SEAP

Ponto crítico	Diretiva	Objetivo específico	O que medir?	Órgãos que podem contribuir com a construção do indicador
Avanço criminoso no território	Ampliação de políticas públicas para emancipação do território e fortalecimento da cidadania	Inibir a expansão e atuação das Orcirms na exploração imobiliária por meio de uma política urbana e ambiental que promova segurança territorial	Fortalecimento de uma política de regularização fundiária vinculada a uma política ambiental de infraestrutura urbana da área	ITERJ
			Priorização da construção de conjuntos habitacionais de pequeno/médio porte em áreas urbanas centrais, que tenham a existência de oferta regular de serviços.	
			Ampliação e fortalecimento da fiscalização e monitoramento de áreas de relevância ambiental (incluindo unidades de conservação), pelos órgãos ambientais	
			Aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e fiscalização de construções irregulares	
	Identificar os territórios no estado que precisam de regularização fundiária		Elaboração e implementação do Plano Estadual de Regularização Fundiária;	ITERJ
			Quantidade de municípios nos quais foram realizados os levantamentos das áreas que precisam ser regularizadas.	ITERJ

## Diretiva 2: perguntas norteadoras e quadro final

OBJETIVO	PERGUNTA
<b>Qualificando a questão</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Um dos pontos críticos identificados é a ocorrência de <b>confrontos armados</b>, principalmente em áreas sensíveis, no estado do Rio de Janeiro. Quais são os fatores que contribuem para isso?</li> <li>2. Sendo o uso de armamento pesado uma realidade no Rio de Janeiro, é plausível pensar em ações para diminuir a circulação?</li> <li>3. Qual seria o caminho para garantir a continuidade de serviços e proteger as crianças?</li> <li>4. Sendo um problema complexo, quem deve ser mobilizado para atuar nele?</li> </ol>
<b>Construindo a diretiva</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Considerando esse cenário, qual deve ser o objetivo geral para reverter o ponto crítico?</li> </ol>
<b>Construindo objetivos específicos</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Quais objetivos específicos podemos indicar, que possam contribuir para o alcance do objetivo geral?</li> </ol>
<b>Identificando métricas</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O que devemos medir/identificar para considerar que este objetivo está sendo alcançado?</li> </ol>
<b>Identificando a existência de indicadores</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Há indicadores já formulados que possam contribuir com a compreensão do atingimento desse objetivo?</li> <li>2. Qual? O que ele possibilita compreender?</li> </ol>

DIRETIVA E OBJETIVOS REFERENTES AO PONTO CRÍTICO 2 CÂMARA TÉCNICA MISSÃO SEGURANÇA PÚBLICA TERRITORIAL – PEDES (20/05/2024)				
Ponto crítico	Dir etiva	Objetivo específico	O que medir?	Órgãos que podem contribuir com a construção do indicador
Confronto armado	Reducir a incidência de confronto armado e dos danos relacionados	Limitar a circulação de armas ilegais	Fluxo de circulação internacional, através do número de armas de nacionalidade estrangeira apreendidas (por entrada ilegal, por uso em crimes, desviada para o mercado ilegal...)	SEPOL/ISP PF
			Fluxo de circulação interestadual, através do número de armas da indústria brasileira apreendidas, que estavam registradas em outros estados (desviada para o mercado ilegal, usadas em crimes...)	SEPOL/ISP PF
		Aperfeiçoar o controle de material bélico	A implementação e a adequação e o grau de confiabilidade, eficiência e eficácia dos sistemas de controle de interno para a gestão de logística de armamentos e munições (Resolução SESP nº15, 6/5/2024)	SESP
		Aperfeiçoar o planejamento das ações policiais a partir do fortalecimento do sistema de inteligência e tecnologia	Número de relatórios de inteligência produzidos	SEPOL/SESP/SEPM
		Mitigar os danos à integridade da população local ao estabelecer protocolos de comunicação	Número de pessoas feridas em contexto de confronto armado envolvendo força policial (a elaborar)	SEPOL/ISP
			Número de mortos em contexto de confronto armado envolvendo força policial (a elaborar)	SEPOL/ISP
			Efetividade do sistema de alerta e aviso do PROSEG-escola (Núcleo de Inteligência e Segurança Escolar – SEEDUC, Resolução SESP/SEEDUC nº2/2024)	SESP/SEEDUC
		Diminuir o impacto das ações policiais na rotina escolar de crianças e adolescentes	Quantidade de aulas suspensas	secretarias municipais e estadual de educação
			Quantidade de ocorrência de confronto em horário escolar	gestão escolar/ SEEDUC e secretarias municipais de educação
			Relação do aproveitamento escolar de estudantes entre escolas em áreas conflagradas e em áreas não conflagradas	Ideb/Inep - CESeC
			Rotatividade/ausência de professores em escolas em áreas conflagradas em relação as outras unidades do estado	SEEDUC

Ponto crítico	Diretiva	Objetivo específico	O que medir?	Órgãos que podem contribuir com a construção do indicador
Confronto armado	Reducir a incidência de confronto armado e dos danos relacionados	Diminuir a interrupção de serviços de saúde e transporte em razão das ações policiais	Número de dias de serviço suspenso (parcial ou integral) por conta de confronto armado. (unidade de saúde)	SES/ secretarias municipais de saúde
			Número de atendimentos de saúde que deixaram de ser realizados à população devido ao confronto armado.	SES/ secretarias municipais de saúde
			Quantitativo de interrupção no transporte público	Agetransp
			Equipe de saúde completa e rotatividade em unidades de áreas conflagradas em relação as outras unidades do estado.	SES

## Diretiva 3: perguntas norteadoras e quadro final

OBJETIVO	PERGUNTA
<b>Qualificando a questão</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Como você vê a questão do “<b>desestímulo à continuidade ou atração de atividades econômicas</b>” no estado do Rio de Janeiro?</li> <li>2. Como avalia vulnerabilidade das fronteiras, divisas, portos e aeroportos e a atuação das Orcirms nessas áreas?</li> <li>3. Em várias entrevistas com especialistas de áreas da economia, foi destacada a segurança como um fator de competitividade econômica. Na sua análise, o que engloba essa compreensão de segurança pública como fator de competitividade econômica?</li> <li>4. Quais são os tipos de delitos que afetam a indústria? Que afetam o comércio? Que afeta a prestação de serviços?</li> <li>5. Sendo um problema complexo, quem deve ser mobilizado para atuar nele?</li> </ol>
<b>Construindo a diretiva</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Considerando esse cenário, qual deve ser o objetivo geral para reverter o ponto crítico?</li> </ol>
<b>Construindo objetivos específicos</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Quais objetivos específicos podemos indicar, que possam contribuir para o alcance do objetivo geral?</li> </ol>
<b>Identificando métricas</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O que devemos medir/identificar para considerar que este objetivo está sendo alcançado?</li> </ol>
<b>Identificando a existência de indicadores</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Há indicadores já formulados que possam contribuir com a compreensão do atingimento desse objetivo?</li> <li>2. Qual? O que ele possibilita compreender?</li> </ol>

**DIRETIVA E OBJETIVOS REFERENTES AO PONTO CRÍTICO 3  
CÂMARA TÉCNICA MISSÃO SEGURANÇA PÚBLICA TERRITORIAL – PEDES (20/05/2024)**

Ponto crítico	Diretiva	Objetivo específico	O que medir?	Órgãos que podem contribuir com a construção do indicador
		Aumentar a sensação de segurança em áreas de interesse para o desenvolvimento das atividades econômicas	A relação entre ocupação hoteleira e destinos mais buscados com a segurança pública (objetiva e subjetiva)	SETUR e CONSETUR
		Ampliar as estratégias para a diminuição de crimes em áreas comerciais e de turismo	Os fatores que traduzem, para o setor industrial, a segurança no ERJ como um fator de competitividade econômica	DISCUTIR COM OS SETORES EMPRESARIAIS
			Identificar se o setor comercial tem algum tipo de medida/mudança de comportamento que refletia o impacto da área violenta	
			Número de roubo e furto em estabelecimentos comerciais	ISP
		Garantir a segurança no transporte de carga	Roubo de rua e furto a transeunte e celular em área comercial	FECOMÉRCIO/ ISP
		Diminuir a extorsão em áreas de interesse econômico	Número de registro de roubo de carga	ISP
			Número de denúncias de extorsão a comerciantes/prestadores de serviço, por área	ISP; DISQUE-DENÚNCIA

## Diretiva 4: perguntas norteadoras e quadro final

OBJETIVO	PERGUNTA
<b>Qualificando a questão</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. De forma geral, quais são as principais fontes de informação para o desenvolvimento do seu trabalho?</li> <li>2. Há informações que, se disponíveis, poderiam contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho?</li> <li>3. O Enfoc destaca como um dos pontos críticos a “baixa integração informacional entre as redes de enfrentamento das Orcirms”, essa é uma questão também para o ERJ?</li> <li>4. Atualmente, o fluxo de informação é satisfatório?</li> <li>5. O que informa a tendência de queda de alguns IECs, a segurança pública está em uma tendência de maior estabilidade?</li> <li>6. Pode estar ocorrendo migração da criminalidade para outros tipos de delito?</li> <li>7. Os atuais indicadores estratégicos dão conta dos principais problemas de segurança pública no território do estado do Rio de Janeiro?</li> </ol>
<b>Construindo a diretiva</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Considerando esse cenário, qual deve ser o objetivo geral para o aprimoramento dos dados e informações sobre a área da segurança pública?</li> </ol>
<b>Construindo objetivos específicos</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Quais objetivos específicos podemos indicar, que possam contribuir para o alcance do objetivo geral?</li> </ol>
<b>Identificando métricas</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O que devemos medir/identificar para considerar que este objetivo está sendo alcançado?</li> </ol>
<b>Identificando a existência de indicadores</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Há indicadores já formulados que possam contribuir com a compreensão do atingimento desse objetivo?</li> <li>2. Qual? O que ele possibilita compreender?</li> </ol>

**DIRETIVA E OBJETIVOS REFERENTES AO PONTO CRÍTICO 4**  
**CÂMARA TÉCNICA MISSÃO SEGURANÇA PÚBLICA TERRITORIAL – PEDES (20/05/2024)**

Ponto crítico	Diretiva	Objetivo específico	O que medir?	Órgãos que podem contribuir com a construção do indicador
Baixo uso de dados e informações sobre o fenômeno	Producir dados e informações estratégicas para a segurança pública territorial	Producir pesquisas de vitimização, sentimento de segurança e avaliação das instituições e área de segurança para a melhor tomada de decisão	Produção periódica de pesquisa	ISP
			Alcance territorial da pesquisa	ISP
		Aperfeiçoar rede de inteligência	- Efetividade do Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública Regional – Sudeste (CISPR-SE) e - Integrar a rede de inteligência do COSUD (verificar)	SESP
		Proporcionar o melhor compartilhamento de informações entre os órgãos de segurança ao integrar o sistema de banco de dados	Atualização de dados no Infoseg	SENASP
			Integração dos bancos de dados	SESP
		Integrar a percepção da população na produção de diagnósticos locais	Produção de pesquisa em parcerias com institutos de pesquisa (número de pesquisas, ACTs, etc.)	UERJ (LAV)... (Universidades etc)
			Número de reuniões dos CCS	ISP
		Usar dados administrativos do poder público (não policial) para produzir estatística para a área de segurança pública	Convênios com municípios e órgãos do estado para transformar, em estatística, registros administrativos de interesse da área de segurança pública	SESP/ISP

## Ficha de presença

Representante	Cargo	Instituiç ão	Presen ça dia 15/05	Presen ça dia 20/05	Presen ça dia 10/06
TEN CEL FÁBIO CHAGAS ARCANJO		SEDEC	OK		
TEN CEL FÁBIO BASBOSA DOS SANTOS		SEDEC	OK	OK	
NATHÁLIA CORDEIRO	ASSESSORA	SESP	OK	OK	OK
CAP WALDENIA MARIA DUARTE DA SILVA	ASSESSORA DA SUPERINTENDÊNCIA DE ATIV ESPECIAIS	SESP	OK	OK	OK
TC CRISTIANO MILÃO DO NASCIMENTO	CHEFE DE ESCRITÓRIO DE PROJETOS	SEPM	OK	OK	
MAJ PM RODRIGO CONSTÂNCIO DA SILVA	COORDENADOR OPERACIONAL DO SEG. PRESENTE	SEGOV	OK	OK	OK
CORONEL CAETANO	SUPERINTENDENTE	SEGOV	OK		
ANDRÉ LUIZ TEIXEIRA	SUPERINTENDENTE	SEAP	OK	OK	OK
CAMILA DE MELO PAES BARRETO	ASSESSORA	SEAP	OK	OK	OK
EMMANUEL ANTONIO RAPIZO MAGALHÃES CALDAS	COORDENADOR DE PROJETOS	ISP	OK	OK	OK
DRA. JÉSSICA OLIVEIRA DE ALMEIDA		SEPOL	OK		
PATRÍCIA REGINA GONÇALVES DE ANDRADE	COORD SERVIÇO SOCIAL	SEGOV	OK		
ALINE RABELLO DA SILVA		SEPM	OK	OK	OK
ISABEL PETRUCCI	ANALISTA EXECUTIVO	SEPOL	OK	OK	OK
ISABEL MARTINS SÁ	COORD DO ESCRIT DE PROJETOS	SEPOL	OK		
ANDRÉ LUIS DE ANDRADE	ASSESSOR	CEBEM ERJ	OK	OK	OK
FLAVIA JABOUR	OFICIAL DE CARTÓRIO POLICIAL	SEPOL		OK	
ANA MARIA ALEMÃO MONTANDON	ASSESSORA	SEPM			OK





Secretaria de  
Planejamento  
e Gestão



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**